

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 06-7-2020.

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cláudio Conceição, Professor Wambert e Valter Nagelstein. A seguir, o Presidente registrou a participação de Nelson Marchezan Júnior, Prefeito Municipal, concedendo-lhe a palavra a fim de se pronunciar acerca de ações do Executivo Municipal em face da pandemia. Em continuidade, Mendes Ribeiro, Felipe Camozzato, Cassiá Carpes, Lourdes Sprenger, Airto Ferronato, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Ramiro Rosário, Prof. Alex Fraga, Adeli Sell, Cláudio Janta, Márcio Bins Ely, Aldacir Oliboni e Mauro Pinheiro pronunciaram-se acerca do tema em debate. Após, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais acerca do tema em debate, a Nelson Marchezan Júnior. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e quarenta e um minutos às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos. Em prosseguimento, foi aprovado requerimento verbal formulado por Reginaldo Pujol, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 011/20, discutido por Adeli Sell. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 190 e 232/19 e o Projeto de Resolução nº 060/19. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Dr. Goulart e Adeli Sell, este em tempo cedido por Engº Comassetto. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Aldacir Oliboni. A seguir, foram apregoados os Ofícios nºs 206 e 237/20, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 008 e 009/20 (Processos nºs 0203 e 0219/20, respectivamente). Também, foram apregoados os Processos SEI nºs 118.00103/2020-03, 118.00105/2020-94, 118.00106/2020-39, 118.00107/2020-83, 118.00108/2020-28 e 118.00109/2020-72, encaminhando representações em face de Nelson Marchezan Júnior, Prefeito Municipal, acerca de normas expedidas pelo Executivo Municipal sobre distanciamento social. Ainda, foi aprovado requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Às dezessete horas e vinte e oito minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol. Do que

foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Boa tarde. Na conformidade do art. 135 do Regimento Interno, nos visita no dia de hoje o prefeito Nelson Marchezan Júnior para oferecer algumas informações há mais tempo requeridas por vários vereadores e que entendi ser da unanimidade da Casa. Por atuação especial da liderança do governo e pela espontaneidade do governo municipal, ficou ajustada desde a semana finda que seria hoje, às 14h, a nossa reunião ordinária. Acredito que não haja necessidade sequer de fazermos o levantamento de quórum, dado que é flagrante que a maioria dos vereadores já se encontra presente na Casa, o que nos permite ir antecipando desde logo a nossa reunião, com as características que já enumerei. Quero deixar bem claro que nós interpretamos bem o Regimento da Casa e mais o art. 138 e estabelecemos a seguinte ordem que será desenvolvida durante os trabalhos: primeiro ouviremos o prefeito pelo período de 30 minutos, conforme diz o art. 138 do Regimento da Casa, com mais 5 minutos de tolerância. Posteriormente, dedicaremos o dobro do tempo, ou seja, 70 minutos, para ouvirmos todas as bancadas com assento na Câmara Municipal, através de seus líderes ou de seus representantes assim designados. Esclareço: o Regimento prevê esses 70 minutos distribuídos entre 10 vereadores e mais 10 minutos para o requerente, que, no caso, seria o presidente da Casa, mas não se fará ouvir. Então vamos ouvir os 35 vereadores que quiserem se manifestar, por ordem alfabética e de suas bancadas, cada um com 4 minutos para sua exposição, e 1 minuto final para perguntas e ou despedidas. Chamo atenção, pois seremos rigorosos no cumprimento desses 5 minutos para poder ouvir não 12 vereadores, mas 14 vereadores, ou seja, todas as lideranças da Casa serão ouvidas na oportunidade, e, conforme estabelece ainda o art. 138, após, o nosso prefeito terá mais 30 minutos para fazer a sua despedida, contestação, agradecimento, aplauso, o que quiser fazer. Nesse sentido, eu proponho que os colegas nos ajudem o máximo possível, quer seja no respeito a esse período de 5 minutos, porque nada mais democrático do que ouvirmos todos os pensamentos das Casa distribuídos pelas 14 representações que hoje têm assento no Legislativo de Porto Alegre. Assim, consulto nosso diretor legislativo se o senhor prefeito já se encontra conectado conosco e se temos condições de, objetivamente, liberarmos nossos instrumentos pelos quais ele conectará à nossa sessão.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, como estamos em uma sessão ordinária, precisamos primeiro fazer a verificação de presenças.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Então delego a V. Exa., como sempre o faço, o comando desta parte regimental, isto é, o levantamento objetivo do quórum, o que me parece absolutamente tranquilo. Faça-se a chamada em cumprimento da disposição regimental.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, temos 30 vereadores presentes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Com um quórum mais que satisfatório, conforme estabelecido, o Sr. Prefeito vai se manifestar, por 30 minutos, prorrogáveis por mais 5 minutos, a respeito dos temas objetos da sua presença junto ao plenário da Casa Legislativa de Porto Alegre.

SR. LUIZ AFONSO MELO PERES (Diretor Legislativo): O Sr. Nelson Marchezan Júnior, Prefeito Municipal de Porto Alegre, está com a palavra.

SR. NELSON MARCHEZAN JÚNIOR: Boa tarde, Sr. Presidente; diretor Luiz Afonso; demais vereadores presentes nesta reunião. Quero agradecer o prestígio da audiência dos senhores, e também dizer que estão aqui comigo o secretário da saúde, Sr. Pablo Stürmer; o secretário adjunto de saúde, Sr. Natan Katz; o secretário extraordinário para o enfrentamento ao coronavírus, Sr. Bruno Miragem; o secretário de relações institucionais, Sr. Christian Lemos; e mais duas assessoras que vão me ajudar numa apresentação inicial para que a gente possa, enfim, apresentar alguns dados aos senhores. Eu pedi esta reunião ao Presidente Pujol para que a gente pudesse, primeiro, posicionar a Câmara de Vereadores de uma forma mais próxima em relação à situação do coronavírus e às ações em relação ao coronavírus e me colocar à disposição aqui para eventuais esclarecimentos que eu tiver a capacidade.

O segundo ponto é propor aqui, talvez seja esse o grande ponto, em virtude que as informações os senhores podem conseguir, não só por mim, mas de várias formas e com vários interlocutores da Prefeitura... Escolhi esta data para, em conjunto com essa relação, apresentar para os senhores aqui e pedir a prioridade em análise pelo Parlamento Municipal, em relação a alguns projetos de lei que estão já tramitando no Parlamento, alguns de 2017, outros do ano passado, alguns deste ano e alguns que nós estamos apresentando nesta semana para o Parlamento. Um conjunto de projetos que influenciam diretamente para melhor a vida, no nosso entender, dos porto-alegrenses, modernizam a nossa cidade, preparando-a para esse momento de coronavírus e, principalmente, para o momento que virá com a pandemia, que já chegou e vai continuar, com características peculiares que nós ainda não conhecemos, mas sabemos que é bem diferente do mundo antigo, do cenário antigo. Então a ideia é apresentarmos aqui uma agenda com várias propostas legislativas, que transformam o arcabouço jurídico, modernizam, preparam a cidade para este momento de crise econômica, de crise social, de crise na saúde, dificuldades de traçar um cenário adequado. E, além de modernizar, no nosso entender, humanizam também, tornando a cidade de Porto Alegre um local mais adequado para oferecer qualidade de vida para os cidadãos neste momento de pandemia e após pandemia. Esses foram os dois motivos para que a gente pudesse pedir ao Presidente Pujol para estar aqui.

Amanhã de manhã, às 10h, estaremos apresentando também esses projetos de lei, o Pacto Alegre – inicialmente, era o Pacto Inovação, um grande apoio da Aliança para Inovação, das três universidades, que congrega quase uma centena de entidades que representam uma boa parte da sociedade, principalmente, aquela com vocação transformadora, com vocação para liderar a sociedade de Porto Alegre. Da área empresarial, da área da inovação, da área econômica, do sistema financeiro, da área acadêmica, da área pública. Também fizemos constar nessa mesa do Pacto, que se reúne amanhã, sob a consultoria e o apoio do professor Josep Piqué, de Barcelona, o Presidente o Poder Legislativo, o líder do governo, o líder da oposição e os líderes das três maiores bancadas do Parlamento Municipal também estão convidados para todas as reuniões da mesa e os trabalhos que acontecem em decorrência das deliberações da mesa. Apresentados esses projetos, hoje, ao Parlamento, de uma forma geral, apresentados ao Pacto para a Inovação, amanhã, que a gente possa avançar nesses debates e nessas análises o mais rápido que os senhores entenderem possível; e o debate, junto com o Pacto, desses projetos que deverão ser protocolados na Câmara de Vereadores nesta semana. Alguns já estão alterados, outros colocados nesse arcabouço, nesse grupo de projetos que nós entendemos que somados fazem essa transformação antes referida. Peço auxílio a Carol, que está comandando, para colocar a apresentação inicial para falarmos, rapidamente, da situação do coronavírus e depois abordar os projetos e ficar à disposição para dialogar com os senhores.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

SR. NELSON MARCHEZAN JÚNIOR: Aqui, é um mapa, na verdade, é um calendário do coronavírus, das nossas regulamentações, dos principais acontecimentos. Lembrando aqui, o primeiro caso foi em 8 de março, e o nosso primeiro óbito, em Porto Alegre, foi em 24 de março. Iniciamos as ações de restrição de atividades e a circulação de pessoas partir de 16, 17 de março; depois tivemos algumas medidas de flexibilização; nos dias 22, 24 de abril, 5 de maio e 20 de maio. As nossas próximas medidas seriam lá pelo dia 5 de junho, mas, no mês passado, nós tivemos um avanço, que a gente vai demonstrar aqui, acelerado pela demanda por leitos de UTI, que nos levaram, a partir do dia 15, a ter medidas de restrição, culminando com as medidas que foram publicadas de ontem para hoje, decididas na semana passada. O número de confirmados é em torno de quase 4 mil em Porto Alegre – 123 óbitos. Quinta-feira, 100 óbitos; sexta-feira, 100 óbitos e tivemos 23 óbitos de sexta-feira para cá. E o número ali, que para nós é uma referência, uma medida de acompanhamento da evolução, dos reflexos no sistema de saúde, da contaminação dos porto-alegrenses, que é o número de confirmados, que estava em 177 agora de manhã, com mais 40 suspeitos. Isso aí perfaz, com uma única doença, a ocupação de 30% dos leitos de UTI. Aqui, é um gráfico que nos parece que demonstra bem o volume, a velocidade e a distribuição no tempo das demandas por leitos de UTI, com o número de pacientes internados por Covid-19, em Porto Alegre, nos leitos de UTI. E a gente percebe que houve dois crescimentos acelerados, que são medidos matematicamente, o seu tempo de duplicação, que foi lá no

final de março, início de abril; e agora tivemos, no início do mês passado, uma aceleração da demanda por leitos de UTI na cidade de Porto Alegre. Esse é o cenário lá no início, com uma duplicação acelerada, uma duplicação a cada 2,5 dias logo no início. Aqui há uma certa estabilidade, que ficamos com ela em torno de dois meses. Isso nos levou a ter aquelas várias flexibilizações, que foram antecipadas. E depois, no início do mês de julho, nos dias 5 e 6 de julho até agora, com a aceleração que nos faz ter essa projeção da situação desses últimos dias. Aqui estão em análise 30 dias, com o tempo de dobra a cada duas semanas. Na verdade, em um mês, nós estaríamos com a nossa demanda, com a capacidade de oferta de leitos na cidade, já ultrapassada. Esta é uma variação que pega os últimos 7 dias e a projeção continua similar à anterior. Aqui, os últimos dois dias, não há certo nem errado no prazo de datas passadas, posteriores, para se projetar o futuro. Esse aqui é um modelo que a gente usa para ter uma ideia dos casos confirmados por dia. Ali se percebe que desde o final de maio teve um aumento, mas foi porque a gente aumentou a capacidade de testagem na cidade; depois teve a ocupação dos leitos de UTI, em seguida, os óbitos ali. Carol, está cortando a parte debaixo de apresentação, não sei se só para mim ou para todos, mas, a linha de óbitos, a gente não consegue ver. A gente percebe ali que a gente teve, de sexta para cá, um aumento do número de óbitos por dia.

Aqui temos as datas, 268 é a data de hoje, e aqui são os leitos em enfermaria. A gente percebe também que, desde maio, a demanda começou a aumentar em leitos de enfermaria confirmados. Aqui uma comparação rápida com outras cidades, na verdade não tem uma relação direta, mas ao menos para a gente se situar em relação ao número, é o número de óbitos desde o primeiro óbito, desde a data do primeiro óbito: a maioria não tem uma distância grande em relação a um mês, um mês e meio, em relação ao primeiro óbito.

Esta é uma comparação que dá uma noção um pouco mais de vida real, mais próxima da nossa realidade, na verdade, porque compara com algumas capitais brasileiras, aí a gente percebe Porto Alegre com 118, Florianópolis com 18, Curitiba com 172, Belo Horizonte com 176, Salvador com 1.207, Manaus com 1.843 – esses são casos de óbitos confirmados, óbitos em que a pessoa estava testada com coronavírus –, Recife com 1.898, enfim, são apenas alguns dados, alguns números para que a gente tente se situar dentro desse volume de informações que transita.

Essa é uma apresentação inicial para que depois a gente possa se colocar à disposição dos vereadores em relação a perguntas mais abrangentes, e agora eu queria falar um pouco sobre os nossos encaminhamentos e sobre projetos de lei que a gente vai apresentar. A gente já teve outra conversa, de uma forma breve, sobre essas questões, e vou tentar aprofundar um pouco mais aqui, mas esta semana encaminho todos os projetos e estaremos, a partir de então, à disposição para abordá-los com as equipes técnicas da Prefeitura e com quem mais os senhores acharem pertinente. A gente tem alguns projetos que já estão aí e que para nós são muito importantes para a modernização da máquina que são: o projeto em relação ao monopólio da Procempa, que era um projeto do Ver. Camozzato e que, para que não tivesse vício de origem, nós não tivéssemos uma inconstitucionalidade, o vereador concordou e a Prefeitura

encaminhou um projeto no mesmo sentido, que revoga dispositivos que já não são usados e que podem causar transtornos para todos os gestores, especialmente os que já passaram, este gestor aqui e os próximos gestores; licenciamento ambiental por adesão e compromisso, que também já está tramitando no Parlamento, a gente vai pedir que seja apreciado neste bloco de projetos que entendemos que modernizam e humanizam a cidade de Porto Alegre; alteração da lei do solo criado, que possibilita obras de interesse público como contrapartida; a revogação da previsão de licença ou aguarda a aposentadoria, é uma demanda antiga do Previmpa que a gente possa fazer essa alteração legal; processo administrativo eletrônico, que permite um relacionamento mais seguro, dá segurança ao gestor de aceitar as demandas do cidadão através dos seus protocolos e requerimentos digitais; também a gente vai apresentar uma modernização em relação à lei da inovação, estamos formatando junto com integrantes do Pacto para que a gente possa apresentar um projeto que atenda às necessidades atuais dessa estrutura jurídica modernizada; adequação do Previmpa, da previdência municipal às medidas já adotadas no governo estadual e no governo federal, a reforma da previdência, que nós já fizemos com a participação do Parlamento Municipal, mas o governo depois encaminhou uma nova reforma, que era para ser mais completa e deixou algumas responsabilidades para estados e municípios e Porto Alegre agora precisa se atualizar a essa reforma estadual e federal – ela é idêntica à reforma estadual e à federal. Na Câmara Municipal, em relação à mobilidade, essa é uma pauta urgente, não só uma pauta urgente aqui, mas uma pauta urgente no mundo, com muito mais necessidade no Brasil, e em Porto Alegre também, pelo formato que sempre se teve a relação nessa concessão, um formato com muitas amarras jurídicas levou a um edital bastante impraticável, principalmente neste momento agora de calamidade e com os reflexos que isso vai deixar na nossa sociedade. Então, tem a taxa de mobilidade urbana, a retirada dos 3% da Câmara de Compensação Tarifária, a autorização ao Poder Executivo de conceder desconto tarifário, autoriza o Poder Executivo a conceder subsídio também para administrar o valor da tarifa, cria tarifa de uso do sistema viário e a tarifa de congestionamento. Nós vamos encaminhar para a Câmara de Vereadores a modernização e a desregulamentação da legislação de mobilidade, ou seja, retirar da nossa legislação municipal tudo aquilo que tem que estar no edital de concessão, que tem que estar nos contratos, como é em todas as áreas – na área de iluminação pública, na área das conveniadas da FASC, na área das conveniadas da educação, na área de todos os editais de PPPs e concessões – em que as principais regras do contrato não estão na lei, estão no contrato, e, na questão da mobilidade em Porto Alegre, infelizmente, foram amarradas, ao longo dos anos, as receitas e as despesas, portanto fica difícil uma modelagem de uma concessão adequada. A tarifa de congestionamento, nós vamos alterar para colocá-la para a zona central de Porto Alegre e não para a entrada da cidade de Porto Alegre, e estamos analisando uma operação de crédito para aquisição de ônibus para a Carris, para, se for aprovado, a gente não tem certeza ainda dessa necessidade, mas se necessário for. Também será protocolado na área social – aí a gente está vendo se a legislação nos autoriza – um programa de habitação de interesse social com incentivos à habitação de baixa e média rendas, e um programa de crianças

em família, que para nós parece extremamente adequado neste momento, que é uma remuneração básica para as crianças que não vão a escolas de ensino infantil. A prorrogação da cobrança da tarifa social, que isso beneficia 30 mil famílias na cobrança de água, a gente já teve aprovação da Câmara de Vereadores nisso, agora a ideia é que a gente possa prorrogar por este período, já que, inicialmente, há quatro meses, nós não tínhamos ideia das consequências da pandemia, e é evidente que as consequências econômicas e sociais, no mundo inteiro, serão maiores do que dois, três, quatro meses. Na área social seriam esses, além dos que os senhores já aprovaram, como o cartão de renda mínima.

Na área da educação, nós temos algumas iniciativas, mas uma que nós precisamos deixar como legado, e vamos encaminhar, é a Prova Porto Alegre, uma obrigação do Executivo de realizar uma prova anual de avaliação dos alunos. O IDEB acontece a cada dois anos e não nos parece correto deixar dois anos para que a gente possa então verificar a deficiência de aprendizagem do aluno, é muito tempo, todas as orientações mundiais sugerem que o acompanhamento em menor prazo é mais saudável para a educação. E na sustentabilidade, entre os projetos, tem a logística reversa de medicamentos, logística reversa de pneus, logística reversa de lâmpadas, eletroeletrônicos, pilhas e baterias, e aquele que para nós é o grande transformador, numa visão de sustentabilidade, para marcar a cidade de Porto Alegre nacionalmente e internacionalmente, fazer com que a gente tenha mais qualidade de vida nas periferias e poder, junto com a concessão do esgoto, realmente vislumbrar um Guaíba despoluído, a logística reversa de embalagens, que também será apresentada nesse arcabouço de projetos.

Eu já havia falado, com relação a esses projetos, com uma boa parte dos senhores, se não me engano eu já falei também em outra reunião com os parlamentares sobre a ideia de encaminhar esses projetos, e eles estarão sendo protocolados esta semana, nossos secretários estão à disposição para participar deste debate, o Pacto, a gente vai demandar e acredita na participação do Pacto Alegre para fazer esse debate também com outras instituições representativas da sociedade e com todos aqueles que quiserem participar desse debate que me parece rico, necessário e urgente.

Então, Presidente Pujol, para eu não me alongar mais, ter oportunidade de escutar e poder responder eventualmente às demandas dos parlamentares, acho que encerro por aqui, ressaltando, então, esses dados específicos do Pacto, propondo essa agenda transformadora da nossa cidade e me comprometendo a encaminhar esses projetos de lei durante esta semana e também lançando, pedindo o apoio de cada um dos senhores, das suas equipes, dos seus partidos para que a gente possa conscientizar um pouco mais os cidadãos. A gente está falando aqui de um vírus, de uma pandemia, e a maneira mais eficaz de a gente diminuir a velocidade de avanço disso é evitando a circulação das pessoas, buscando o isolamento das pessoas. Então, a gente lançou um painel junto ao nosso *site*, que também tem mais alguns dados sobre o coronavírus, que é o prefeitura.poa.br/coronavirus – os senhores podem acompanhar –, onde temos um painel de isolamento. Nós estamos apresentando um desafio, que é um desafio para todos nós, não é um desafio para um setor, enfim, é um desafio geral para a cidade de

Porto Alegre. Se os senhores puderem colocar nos seus *sites*, nos *sites* dos seus partidos, das suas instituições, e divulgar para as amplas redes que cada um dos senhores tem, será importante para a gente poder conscientizar a população.

Sobre o nosso índice de isolamento, é importante dizer que esse é um dos indicadores de isolamento. O *site* In Loco é um aplicativo que mede 540 mil *chips* e seus aplicativos, sendo medida a distância que eles se deslocam diariamente. O nosso padrão, antes do coronavírus, era 28% de isolamento; e a gente tem uma média, nas últimas semanas, de 40% a 45% de isolamento; aqueles 61% que aparecem à esquerda na tela são um índice de domingo, que foi um domingo frio e chuvoso – nós conseguimos esses mesmos 61% em março, nas semanas úteis do mês de março. A gente está propondo um desafio para que a gente tenha aqui uma média de isolamento dos cidadãos de Porto Alegre durante a semana de 55%, o que nos parece bastante aceitável e suficiente para que a gente possa ter menor circulação, maior isolamento e, evidentemente, menor contaminação e demanda de estrutura e leitos de UTI.

Este aqui é o *site* em que colocamos alguns dados, algumas informações – cada vez vai melhorar. Aqui, os dados ficam à disposição dos senhores e da sociedade de Porto Alegre. Presidente Pujol, já ocupando 25 minutos do tempo que me foi dado, eu queria agradecer a oportunidade e me colocar à disposição do Parlamento pelo próximo período estipulado pelo senhor.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu agradeço ao Sr. Prefeito Municipal. Oportunamente, compenso V. Exa. pela forma objetiva com que se colocou nos vários temas que abordou.

Agora, eu devolvo o comando ao nosso diretor legislativo para que nós possamos ouvir as 15 representações políticas que a Casa tem, ou seja, as 15 bancadas. Assim sendo, eu peço ao Luiz Afonso que inicie a tomada dos depoimentos, das posições, dos manifestos das nossas 15 lideranças da Casa, fazendo a todos um apelo à objetividade e à síntese.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Presidente. Consulto se nós faremos de acordo com o que havíamos combinado antes, pela ordem alfabética das bancadas.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Corretamente, de acordo com o que nós tínhamos acertado, em ordem alfabética.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Iniciaremos, então, pelo líder da bancada do DEM. O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Boa tarde, diretor Luiz Afonso, Presidente Pujol, colegas vereadores, prefeito Marchezan, secretários que estão participando desta reunião – Christian, Pablo, Natan. Prefeito, confesso que não consegui prestar muita atenção nos projetos que estão sendo encaminhados para a Câmara, porque hoje é segunda-feira e nós dormimos com a edição de um decreto em Porto Alegre que vai ser muito duro para a cidade. Eu vejo com muita preocupação o futuro da cidade. A gente tem conversado muito com as pessoas, as pessoas têm nos procurado, prefeito. E aquele discurso de teste em massa não está acontecendo na cidade de Porto Alegre. As pessoas vão aos postos de saúde, dizem que estão com alguns dos sintomas, mas, se não estiverem com todos os sintomas referentes à Covid-19, não são testadas. Isso vai sair muito mais caro, depois, para a cidade de Porto Alegre. Eu não tenho dúvida de que não tem outra forma de a gente combater que não seja as pessoas testando ou as pessoas pegando o vírus.

Nós, lá atrás, quando foi editado outro decreto, colocamos a questão, prefeito, de fechar os parques, fechar a orla, restringir aquelas atividades que não tinham relação com a atividade econômica, e, naquele momento, veio uma resposta muito dura, dizendo que não, que não poderia fazer isso, que seria tirania. A gente via que aquelas aglomerações passavam do controle, junto com o transporte público. Nós começamos esta semana, a partir do dia 7, com tudo fechado, prefeito, tudo fechado. Inclusive, as pessoas que necessitam de transporte público para ir à farmácia para comprar um remédio são proibidas de fazer isso, só podem fazer uso do transporte público em algumas exceções, a não ser que tenha relação com atividade essencial. Então é muito preocupante, prefeito, é muito preocupante. Eu não sei o que será de Porto Alegre ali na frente.

Acho que algumas questões de saúde foram feitas, sim, mas, na minha humilde opinião, acho que foi feito muito pouco, porque nós sabíamos que, no inverno, as UTIs de Porto Alegre já lotam por si só, pelo clima, pelas doenças respiratórias e pelas outras doenças que existem em uma cidade normal. Acho que foi feito muito pouco, acho que poderia ter sido feito mais em relação à saúde. Lá atrás, quando fechamos tudo, a gente poderia ter se preparado um pouquinho melhor. Se não tiver uma ajuda do governo para as pequenas e médias empresas, eu não sei o que será da cidade de Porto Alegre, a atividade econômica vai colapsar junto com a saúde, nós vamos ter uma crise social gigantesca, e eu não sei quando nós vamos conseguir superá-las.

Então, eu peço aqui que o senhor, o secretário Pablo e o Natan revejam essa questão dos testes. Acho que a gente tem que ampliar a testagem nos postos de saúde. Chegam pessoas lá dizendo que tiveram contato com pessoas que tiveram Covid-19, e não foram feitos os testes. É muito pior, sai muito mais caro depois para a Prefeitura. Tem gente, por exemplo, que tem consultório de odontologia; a pessoa chega lá, diz que trabalha com saúde, com odontologia, e não pode fazer o teste. Então eu acho que nós temos que rever essa política de testagem em Porto Alegre, nós temos que testar mais, porque não tem outra forma de a gente combater esse vírus. O vírus vai permanecer, nós sabemos que o vírus vai estar aí, temos que aprender a conviver com ele. Esse abre e

fecha é ruim para todo mundo, é ruim para a atividade, é ruim para a gestão pública, é ruim para a iniciativa privada, é ruim para tudo. Esse abre e fecha é coisa terrível!

Eu queria saber, para terminar, qual a previsibilidade desse decreto – 10 dias, 14 dias, 15 dias – para que a gente possa ter como orientar as pessoas, porque, desde ontem, as pessoas têm ligado, as pessoas estão preocupadas hoje em como como vão fechar o seu negócio, como vão fazer para fechar o seu negócio por mais 14 dias, e a gente fica nesse meio sem poder ajudar de fato.

Ainda assim, eu agradeço a tua presença, prefeito, agradeço pela participação, pela conversa conosco. É aquilo que eu digo: nós temos responsabilidades, sim, com a gestão, nós temos responsabilidades com os nossos eleitores, nós temos responsabilidades com a cidade de Porto Alegre. Aquilo que for bom para a cidade, pode ter certeza, nós vamos ler, estudar, discutir e votar – “sim” ou “não”, mas nós votaremos aquilo que nós acharmos importante para a cidade.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Presidente. O próximo seria o Ver. Idenir Cecchim, mas, enquanto ele conecta, passaremos a palavra ao Ver. Felipe Camozzato, que seria o seguinte. Assim que o Ver. Cecchim retornar, concederemos a palavra a ele.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Boa tarde, prefeito e todos os presentes. Eu vou direto ao ponto para que as minhas duas perguntas possam ser respondidas, especialmente, sabendo que vamos ter outras tantas que os colegas, vereadores, irão fazer e que até vão complementar as dúvidas postas. Assim como o Ver. Mendes, eu não vou me ater aos projetos sinalizados, que serão encaminhados, prefiro debate-los uma vez que nós tenhamos o texto e também porque ainda restam muitas dúvidas sobre a situação atual da cidade no enfrentamento do coronavírus. Antes de encaminhar as perguntas, faço questão de agradecer, especialmente ao time técnico da Prefeitura e à secretaria da saúde que têm respondido com dados e informações em todas as ocasiões que eu tenho apontado e requerido. Acho muito boa essa relação e espero que ela se aprofunde, já que eu trago algumas questões referentes à transparência. A primeira delas é sobre evidências; se existem evidências concretas que apontam que as novas restrições econômicas, que suprimem o direito de ir e vir, como o próprio vale-transporte, como resolutivas para o problema da cidade. Eu gostaria de ter um pouco mais de contato com essas evidências concretas que a Prefeitura tem tratado. Eu entendo que vocês já apresentaram alguns dados aqui hoje, que não estão nos boletins da Prefeitura, e isso, obviamente, nos ajuda a verificar a situação da cidade. Mas, dado que há momentos de surtos, é constatado nos boletins informativos, dado que boa parte deles estão nos serviços de saúde, já há informações que nos permitam

verificar que nós não estamos vendo contaminação cruzada, por exemplo, quando um paciente sintomático com sintomas gripais, de influenza, vai a um posto de saúde, vai a um hospital, e lá não é classificado corretamente, acaba ficando numa área junto com pessoas confirmadas com Covid-19, ou com alguém que a gente ainda não sabe se está confirmada de Covid-19 e acaba se contaminando dentro dessa sala de espera, dentro de uma sala de primeiro atendimento ou dentro dos próprios leitos clínicos, ambulatoriais, antes de efetivamente estar necessitando de uma UTI. Então, nós temos informações que nos permitam verificar que nós não estamos tendo contaminação cruzada por estar nesses ambientes? Já que os boletins informativos estão com dados crescentes, os casos de surtos dentro do serviço de saúde.

Outra pergunta: a gente viu em outras reuniões com a secretaria de saúde e com o senhor prefeito, teses de especialistas, teses da própria Prefeitura, de que os resultados de medidas restritivas são observados 15 dias em geral, após a sua adoção. O que nós vimos nos últimos dias foram três decretos sendo editados, com uma diferença de uma semana cada um. Ou seja, não corrobora com a tese de que precisamos aguardar 15 dias para verificar os resultados, e, aí sim, adentrar com modificações através desses decretos. Isso me causa uma certa dúvida sobre quais são as outras informações a secretaria dispõe, a Prefeitura dispõe para estar fazendo essa edição desses novos decretos, sem aguardar o tempo alegado, se é necessário para verificar. Dito isso, especialmente para complementar a primeira pergunta, mas é de uma abordagem um pouco diferente: como está sendo hoje recepcionado o paciente sintomático na rede de saúde, seja ela pública ou privada? Está sendo dada a liberdade médica para a prescrição de medicamentos ou protocolos? Como, agora, mais recentemente o próprio Ministério da Saúde e uma *live* recente do SUS têm orientado junto com outros hospitais que já passaram pelo pico da pandemia no Brasil, como protocolos e medicamentos que ajudaram em diferentes etapas, mas, especialmente, etapa inicial da doença. Eu agradeço a atenção e espero que a gente consiga ter respondidas as perguntas de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Obrigado, Ver. Camozzato, V. Exa. foi bastante objetivo. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, não temos ainda contato com a bancada do PDT. Podemos avançar e passar ao próximo inscrito, que é o Ver. Mauro Pinheiro, depois a gente retorna para esses que eventualmente não estão conseguindo se conectar.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Pujol, eu passo para os meus colegas. Eu não tenho nenhuma pergunta no momento.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Mônica Leal indicou o Ver. Cassiá Carpes para se pronunciar pela bancada do PP.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Eu quero saudar o Presidente e demais vereadores e vereadoras; saúdo o prefeito Marchezan, mas quero fazer algumas observações primeiro. Acredito que alguns vereadores estão sendo surpreendidos, porque esperávamos que a questão fosse especificamente sobre o coronavírus. Mas a mim, isso não repercute em nada, se vierem outros projetos. O prefeito deve acompanhar quem vota, quando é “sim” é “sim”, quando é “não” é “não” comigo. Ou seja, não vou determinadamente votar contra este ou aquele prefeito, sempre agi desta forma. Nesse sentido, até acho que outros projetos deveriam ter sido votados; o líder do governo deve ser mais incisivo em trazer à pauta e colocar os projetos que estão aí para votar; por mim, já deveríamos ter votado, mas não vejo na pauta nunca, então, há algum problema do líder do governo, já que parece que a base tem maioria. Mas estamos à disposição, vamos votar.

Prefeito, quando aumentou o IPTU – eu fui contra –, o senhor constituiu ali uma base muito forte, parece que essa base, hoje, não tem mais aqui na Câmara; e ali, o senhor saiu a gastar, com aquele dinheiro, R\$ 34 milhões em publicidade – isso antes do coronavírus, inclusive com publicidade fora do Estado. Quando surgiu o coronavírus, o senhor já tinha gasto esse dinheiro com a mídia; depois o senhor fez o decreto de calamidade pública, surpreendentemente, e aí favorável a Porto Alegre, que foi a primeira capital, se não me engano. Portanto, ali, o prefeito ganhou flexibilidade no Orçamento para fazer o que bem entende – claro, dentro da lei. Eu certeza que essa não é a causa da nossa divergência, o senhor é um homem honesto, mas a nossa divergência é no aspecto de gestão e diálogo. Nesse sentido, o senhor ganhou flexibilidade. Mas com o tempo o senhor não fez hospital de campanha, que tinha que se precaver para agora; todos sabem, agora que estamos no inverno, junho, julho, agosto e um pedaço de setembro... Quer dizer, não tivemos hospital de campanha. Hoje ouvi a sua entrevista com relação ao Hospital Parque Belém, parece que há uma rusga entre senhor e o presidente, e, conseqüentemente, foram retirados todos os aparelhos, e não foi bem administrada a verba que veio do governo. Mas poderia, neste momento, ter um diálogo mais profundo, desde que fizesse dentro da lei – eu sei que o senhor sabe fazer. Portanto, perdemos aquele hospital e outros, não tivemos. O decreto foi muito bom, inclusive, o decreto me surpreende, nada contra o Erno, mas ele estava no governo

federal; eu tenho certeza que ele ajudou, e Porto Alegre fez esse decreto com urgência. No decorrer, o senhor fechou, abriu o comércio, fechou; agora, fecha tudo de novo. Parece-me que o amigo não se preparou em termos de futuro, para quando chegasse o inverno, rigoroso, em que as doenças se acentuam, inclusive, é normal que tenhamos, infelizmente, mortes no inverno, por vários tipos de doenças. Então, nesse sentido, eu lhe pergunto: o senhor errou lá atrás, ou agora, quando fecha todo o comércio? Essa é a pergunta, porque esse fecha e abre... Olha, o comércio que nós conhecemos, não entra, hoje, duas ou três pessoas de manhã, duas ou três pessoas de tarde. O amigo está quebrando o comércio de Porto Alegre, que é uma força potencial de arrecadação do Município; está sendo intransigente em alguns aspectos.

Para concluir, eu gostaria que o senhor, antes que fosse para a imprensa... Essa é a primeira vez que vem à Câmara para dizer que vai mandar projetos, anteriormente, o senhor ia para a mídia e criticava a Câmara de Vereadores, quando estávamos sempre à disposição – eu estou à disposição. Agora, me parece que o senhor não tem mais a maioria; muitos que lhe apoiaram no projeto do aumento do IPTU, parece que agora já esqueceram que aumentaram o IPTU em Porto Alegre. Então, é bom fazer essa reflexão. Nesse sentido: onde que o senhor errou? Errou lá atrás? Ou erra agora em fechar totalmente a cidade de Porto Alegre? Obrigado pela sua presença.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde, Presidente, senhor prefeito, assessores, vereadores, vou iniciar falando sobre o Decreto nº 20.639, que fecha salões de beleza, academias, o Mercado Público, proibição para estacionar na Área Azul, interdição de parques, orla do Guaíba, bloqueio de vales-transporte para trabalhadores de estabelecimentos que não estão autorizados a funcionar. Primeiro item: Mercado Público e Mercado do Bom Fim. O Mercado Público, se funcionasse limitado, com aferição de temperatura, como estava fazendo, ele tem o mesmo estilo de mercadorias de supermercados, e vem este questionamento: por que o Mercado Público, tendo em vista que nós temos tantos permissionários que dependem do seu trabalho, do seu negócio? Academias, consideradas também órgãos que envolvem a saúde, com atendimento restrito, como estava anteriormente, trazendo várias consequências não só para os profissionais, como também para quem frequenta, quem necessita desse tipo de atendimento. Também me chamou atenção o comércio de veículos, que é um atendimento muito personalizado. Hoje não tem nem grandes interesses, se vê tudo tão vazio, me chamou atenção. Comércio e serviço de *chips* e aparelhos telefônicos, as pessoas que dependem de um *smartphone* até para acessar um *site*, até para ir a um estabelecimento, fazer uma consulta, fazer uma chamada de emergência, às vezes, as pessoas estão distantes, também foram fechados. As filas externas em comércio de construção: como é que o proprietário vai correr com as pessoas que estão na rua para

não fazer fila? É muito difícil, as pessoas estão muito nervosas, estão muito estressadas. Então, essa formação de filas me chamou atenção. Parques, segundo informações, o pessoal se deslocou para a Redenção, ou para o Parcão, ou para outros locais da cidade. Quanto às aglomerações, me parece, se estancaram tanto as críticas que faziam sobre a orla, mas ficaram abertos outros locais. Também os vales-transporte, nos questionam o direito de ir e vir, serão bloqueados. Se a pessoa precisa se deslocar a um hospital, se deslocar para a busca de medicamentos; saindo de bairros residenciais, de bairros de classe média, as pessoas dependem muito disso. Quero chamar atenção: rodoviária, aeroporto, Ceasa, supermercados, o pessoal está chegando sem máscara, não tem medição de temperatura, então, seriam focos muito grandes de risco. Sobre tudo isso, Sr. Prefeito, ainda faço uma colocação sobre esta prevenção, se tivesse uma prevenção, não sei se é Ministério da Saúde, governo do Estado, governos municipais, nós não estaríamos, com um exemplo que eu vou citar da Região Metropolitana, Canoas, que está retirando os anestésicos das clínicas veterinárias e centros de estéticas, veja bem... Nem os animais vão ter direito a sua anestesia, ao seu analgésico, porque está faltando. Se nós iniciamos uma pandemia, não daria tempo para ter todo este planejamento de aquisição de medicamentos, ampliação bem maior de leitos, já que nós tínhamos uma média de 80, 90 óbitos por outros diagnósticos no ano passado? A última pergunta: o senhor não tem medo de uma desobediência civil que está fluindo pelas periferias, fluindo pelos centros de bairro? Realmente, hoje, mesmo sendo 15 dias a mais, eu não tenho certeza de que nós vamos conseguir nos levantar. Já que eu falei em animais, eu sinto que nós estamos tão perdidos como diz o ditado popular: “num mato sem cachorro”. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Obrigada digo eu, colega.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Airto Ferronato gostaria de fazer uso da palavra?

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Eu só vou deixar um abraço ao prefeito, um abraço a todos vocês. Estou satisfeito assim, vamos deixar espaço para outros conversarem. Quero agradecer a presença do prefeito conosco nesta tarde, com o seu secretariado. Um abraço.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, prefeito Nelson Marchezan, colegas vereadores, secretários presentes; agradeço a sua vinda para conversar conosco, com os vereadores, pois acredito ser de extrema importância este diálogo. São muitos os questionamentos que eu tenho para lhe fazer, eu vou descarregar

o caminhão, para ver se eu consigo falar tudo para o senhor. Baseado no decreto que entra em vigor amanhã, o senhor suspende o vale-transporte dos trabalhadores que não estão nos serviços autorizados a funcionar a partir do dia 9. Como será feita, via sistema, essa separação? O senhor não teme prejudicar trabalhadores que já estão desassistidos neste momento, pois muitos deles trabalham em dois setores, em dois serviços, um essencial e outro não? Como vai ser feito isso, para que eles não sejam prejudicados? Como já disse o Ver. Mendes Ribeiro, um trabalhador que precisa ir a um hospital, comprar uma medicação, como vai fazer? Depois das 10 h, poderá ser feita a mobilização usando dinheiro vivo, ou será extinta por completo durante o dia, somente para as pessoas que estão aptas? Como será o novo decreto do vale-transporte, do TRI, nas passagens? Elas serão pagas em dinheiro, e como ficam as lotações? O senhor sabe que essa ação pode acabar de vez com as empresas de transporte, 15 dias reduzindo ainda mais os usuários, isso pode acabar com o transporte público. Como está a plataforma para entrega dos cartões-alimentação para as pessoas mais necessitadas, que o senhor estaria colocando em atividade? O senhor me disse, numa outra reunião, que não fecharia a orla e os parques. O que o fez mudar de ideia? Foi a bandeira vermelha, ou o senhor viu que realmente era necessário, visto que as pessoas não utilizam máscaras e não mantêm o distanciamento? O senhor acredita mesmo que nós não precisamos de hospitais de campanha? Serão criados novos leitos? De que forma isso acontecerá? Nós teremos testagem em massa? Pois hoje a população, se ela não tem todos os sintomas, não é testada. E as pessoas que são testadas, elas levam até sete dias nas tendas para receber o resultado. São indicadas a irem para casa, ficar em isolamento, aguardar o teste e ver se têm novos sintomas. O senhor sabe que, todos os anos, as UTIs lotam neste período em função de problemas respiratórios. Por que não se preparou, sendo que nós tivemos três meses de quarentena, precisando lotar as UTIs para que nós pudéssemos ter esse retorno? Na outra reunião, o senhor também me disse que não havia comprado nenhum respirador. Como está a compra dos respiradores neste momento? Por que o senhor investiu milhões que eram da saúde na publicidade, e de que forma foi investido esse valor? Tem alguma ação concreta para minimizar as perdas do comércio, restaurantes, academias, escolinhas infantis? Porque crédito fácil, a única coisa oportunizada até o momento, não é a solução, porque todos estão fechando as portas, e nós teremos demissões em massa. Por que o portal da transparência da Prefeitura não coloca de forma clara e explícita onde estão sendo utilizados os recursos federais, estaduais e da iniciativa privada? Como o senhor vai resolver a falta de profissionais da saúde, pois muitos estão infectados não podendo trabalhar, alguns voltando ao trabalho antes mesmo do tempo destinado a ficar em isolamento? E ainda assim o senhor prossegue fechando as unidades básicas, unificando as unidades básicas. Mesmo os trabalhadores do IMESF, que o senhor diz já estar extinto, estão trabalhando, têm os vales-alimentação, essas pessoas não poderiam ser realocadas, já que já fizeram concurso, sendo que o senhor precisa de trabalhadores na saúde? Por que o senhor fechou, em plena pandemia, o posto da Vila Tronco, para unificar com o Moab Caldas, sendo que ele também tem muitos profissionais infectados? Isso é aglomeração de pessoas, como o senhor vê isso? É por economia na saúde, ou será... E como ficará a

nossa economia? Testagem para todos, fica em casa quem está infectado, quem é grupo de risco e quem pode. Liberdade para trabalhar para aqueles que precisam. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Muito obrigado, vereadora, eu que agradeço. O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (PSL): Boa tarde, Presidente Pujol; boa tarde prefeito Marchezan, obrigado pela sua presença; eu estou sendo contemplado nas perguntas dos colegas, então eu não quero tomar tempo, estou muito mais atento em ouvir as respostas do prefeito e poder construir uma cidade mais justa para a nossa comunidade, que tanto sofre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço ao Ver. Cláudio Conceição sob todos os aspectos. O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Eu virei, Presidente Pujol, somente aqui agradecer a disponibilidade do prefeito Marchezan, tenho certeza que devido ao volume de perguntas o prefeito poderá utilizar mais espaço de tempo, então eu fico para o final, caso seja necessário, daí eu pego a palavra.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Obrigado, Ver. Ramiro. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Presidente Reginaldo Pujol; prefeito Nelson Marchezan Júnior; boa tarde aos seus secretários, colegas vereadores, vereadoras; existem alguns pontos bastante críticos que nós precisamos questionar o prefeito. Desde o início dessa crise, a Câmara de Vereadores manifestou-se com extrema preocupação com relação à segurança alimentar da população. Nós sabemos que há um grande represamento de verbas federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. O secretário de educação, Sr. Adriano Naves de Brito, manifestou que não pretendia utilizar esses recursos – e eles não vêm sendo utilizados – para a distribuição de cestas básicas às famílias dos estudantes que, por conta da pandemia, não estão conseguindo frequentar as nossas escolas. Portanto, o governo federal já se manifestou, publicamente, dizendo que autorizava a utilização desses recursos para a compra de *kits* alimentares para as famílias. Por óbvio, esses recursos devem ser geridos, organizados pela pasta da

educação, e não pela FASC. Portanto, a Prefeitura não está distribuindo os recursos alimentares provenientes dessa fonte. Esse represamento é para quê? Eu não consigo entender por que fazer caixa num momento de extrema gravidade e penúria das famílias da periferia com esses recursos. Gostaria de uma explicação séria e, de preferência, racional do prefeito Nelson Marchezan Júnior a esse ponto muito importante.

O segundo, é que encaminhamos ofício no início da pandemia, quando não havia ainda um alarme tão grande, sobre a utilização dos equipamentos hospitalares que estão fechados ou abandonados. Encaminhei um ofício ao gabinete do prefeito e à Secretaria Municipal de Saúde recomendando a utilização do Hospital Parque Belém, justamente, porque é um equipamento que está em boas condições, visto que, há pouco tempo, ele foi reformado na ideia de vender esse hospital que estava quebrado, estava fechando as suas portas e que poderia ser utilizado para criação de um centro de tratamento, acolhimento e diagnóstico da Covid-19. Isso não foi feito, esse equipamento ainda está fechado, e os gestores do Hospital Parque Belém já se manifestaram agora, no mês passado, em junho, que ofereceram para a Prefeitura esse equipamento para ser aberto e gerenciado pela Secretaria Municipal de Saúde, ou seja, nós não temos um aumento do número de leitos por conta da vontade do Executivo, ou da falta de vontade do Executivo, se assim ficar melhor.

Nós temos também o Beneficência Portuguesa, que é mais um hospital que segue fechado, numa ótima localização, bem pertinho do centro de Porto Alegre, que poderia acolher mais doentes. Isso, de certa forma, influenciaria nos dados, porque um dos critérios utilizados para o regramento das bandeiras do governo estadual é justamente a oferta de leitos à população. Portanto, nós temos aí problemas graves por falta de um gerenciamento um pouco mais responsável por parte do Executivo, que teve mais de cem dias, desde o início dessa crise, para criar mais postos, para organizar melhor a questão dos leitos, e não o fez. Precisamos fazer esse enfrentamento e ampliar a oferta de leitos para a nossa população, para poder voltar um pouquinho, diminuir os critérios com relação a esses fechamentos que podem comprometer bastante a saúde mental da nossa população.

E um outro ponto, e encerro a minha fala, é com relação à necessidade de manter as equipes administrativas, de direção das escolas em regime de plantão, frequentando as escolas nesse tempo, sem ter muito o que fazer. O secretário Adriano Naves de Brito está obrigando os diretores, as direções das escolas a trabalhar em regime de plantão, mesmo com essa ameaça de bandeira vermelha e com o endurecimento do isolamento social. Eu acredito que não há essa necessidade, e fecho aqui a minha fala passando para os próximos colegas. Um abraço, boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Obrigado, vereador. O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Boa tarde a todas e a todos. Fomos todos pegos de surpresa, porque achávamos que o prefeito viria falar alguma coisa, quem sabe fazer uma autocrítica do caos que enfiou a nossa cidade, mas estou vendo que como sempre é uma farsa. Três anos e meio e o prefeito não responde aos nossos pedidos de providências, todas as propostas que fizemos. Todos os pedidos de informações que fizemos nesse período de pandemia não são respondidos porque a postura do prefeito é autoritária, um desdém com a Câmara. Nos chamou de um monte de barbaridades, inclusive alguns palavrões que eu não ousou repetir aqui, mas quero dizer que nós não vamos nos dobrar diante do seu autoritarismo. O senhor não tem critérios, quando nós dissemos que deveria fechar a orla, fechar parques e praças, o senhor não deu a mínima, agora é obrigado, pelo caos que o senhor enfiou a nossa cidade. Quando nós dissemos que era para cuidar dos moradores de rua, que podiam espalhar a pandemia, colocando-os no Ginásio Tesourinha, nenhuma resposta foi dada. Não foi dada resposta, inclusive foram fechados pontos de lavar as mãos e fazer o mínimo de higiene em locais públicos que eles poderiam fazer. São 6 mil pessoas na rua passando frio.

Já foi colocada a questão do Plano Nacional de Alimentação. O senhor vai perder verbas por cabeçudagem do seu secretário de educação. O senhor, nesse momento, cria um critério para os mercados, os grandes supermercados, que, inclusive, não cumpriram, desde o início, os procedimentos sanitários necessários; mas o senhor fecha o Mercado Público. Claro, nós sabemos por que o senhor fecha o Mercado Público: o senhor quer quebrar o Mercado Público, o senhor é contra o Mercado Público, o senhor quer privatizar o Mercado Público. E seu secretário, que nada sabe dessa situação, o Sr. Leonardo, foi hoje numa rádio dizer que o Mercado é um centro de compras, como um *shopping*, mas na proposta de privatização o seu secretário diz que não querem transformar o Mercado Público em um *shopping center*. Bom, os senhores podem aplicar isso para quem os senhores quiserem, mas para nós não vão aplicar. Nós vamos lançar hoje uma nota pública, uma carta aberta assinada por mais de uma dezena de colegas vereadores.

Nós vamos continuar a nossa luta pelo bem-estar da cidade, porque nós não concordamos, como disse a Ver.^a Cláudia, com o fechamento de posto de saúde para fazer aglomeração no PAM-3, que já tem graves problemas. O senhor fechou uma casa de abrigagem e deixou mais e mais pessoas abandonadas.

Esta Câmara exige respeito, Sr. Prefeito, mas o senhor não nos respeita. O senhor pega dinheiro público, como já disse o Cassiá, do aumento de IPTU, e agora enfia a mão no Fundo Municipal da Saúde para fazer publicidade. O senhor não quer mais uma cidade para frente, o senhor quer uma cidade para sempre, com sua mania de Rei Sol, mas não passa de uma pequena personagem, como os *lilliputianos*, do romance As Viagens de Gulliver. É isso que o senhor faz, é isso que o senhor é. A mediocridade no seu governo faz com que esta cidade viva um caos, mas nós vamos combater a sua posição. E o senhor vem, com a maior desfaçatez, no meio de um caos, apresentar projetos de lei? O senhor quer modernizar a Procempa? A Procempa não tem

monopólio; a Procempa, sim, tem fiscalização para não enfiar dinheiro pelo ralo, como já aconteceu na gestão passada e nessa gestão agora.

Nós queremos respeito, prefeito, e não queremos ser mais uma vez enrolados. Esperávamos que senhor teria o mínimo de dignidade de vir aqui fazer algum tipo de autocrítica e discutir o caos que vive a cidade de Porto Alegre, e não vir aqui com novos projetos. Se o senhor não votou seus projetos até agora, é porque o senhor não tem maioria. O senhor aprovou um projeto semana passada, um veto foi mantido, com os votos do PT. Nós não votamos porque é do senhor ou não é do senhor, nós votamos para a cidade. Nós queremos respeito, prefeito Marchezan! O senhor não nos respeita, portanto, perdeu o nosso respeito!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Obrigado, vereador. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, e vereadores; quero saudar o prefeito e os secretários. Eu queria começar dizendo que eu não vejo diferença nenhuma entre supermercados e Mercado Público, nenhuma diferença. Os supermercados, hoje em dia, têm recebido a população de Porto Alegre, têm vendido

todos os seus produtos. Na semana passada mesmo, através do 156, junto com a fiscalização do Sindicato dos Comerciantes de Porto Alegre, fizemos uma intervenção no Atacadão da Sertório, que não estava cumprindo as normas de higienização nos carrinhos, não estava cumprindo normas de fila, de espaço e ainda tinha, no entorno do supermercado, meia dúzia de lojas que estavam atuando e principalmente sem um sistema de segurança. Eu não vejo diferença nenhuma no Mercado Público, assim como já falei para V. Exa. que não vejo diferença nenhuma entre a orla do Guaíba estar aberta, que o senhor vai fechar agora, e o movimento que existe no comércio de Porto Alegre; eu não vejo diferença nenhuma entre o Mercado Público e os supermercados, assim como eu não vejo diferença nenhuma entre uma loja de bazar aberta, uma loja de eletroeletrônico aberta, uma loja de roupa de cama, de vestuário e os supermercados. O supermercado deveria estar aberto somente para vender produtos de alimentação, higiene e limpeza, e esses setores todos são tolhidos de trabalhar, enquanto todos os mercados estão abertos. O mercado perto da minha casa, o senhor vai ver, ele vende eletroeletrônicos, produtos de bazar, até autopeças, e é um pequeno mercado que vende tudo, assim como os outros também vendem.

Sobre essa questão de nós estarmos na bandeira vermelha e muito próximos da bandeira preta, de cercar de vez o direito de ir e vir das pessoas, como já aconteceu em algumas cidades, principalmente nos Estados Unidos, aqui mesmo no Brasil, eu acho que nós temos que ser mais incisivos. Eu estou parado no carro e eu não vi nenhuma diferença no trânsito da cidade de Porto Alegre, nenhuma, as pessoas

continuam fazendo as suas coisas, só que quem gera emprego não está podendo trabalhar.

Para o senhor e seus secretários que estão participando aqui entenderem, o mês de maio é o segundo melhor mês de venda do comércio, o mês de maio só perde para o mês de dezembro, que tem o Natal, porque é o mês das noivas e tem o Dia das Mães, e nós tivemos uma queda drástica comércio, nós tivemos 37,1 mil pessoas desempregadas.

O que nos espera agora, quando o CAGED divulgar o mês de junho? São empregos, Sr. Prefeito! A nossa cidade vive de comércio e serviços, a economia da nossa cidade é essa, e daqui a dois meses até a Prefeitura não vai ter dinheiro, até a arrecadação do Município vai sucumbir. Então acho que é de extrema importância nós investirmos nos testes, fazermos muitos testes, fazer um acordo com a Fecomércio, com a Federasul, com as grandes empresas, com os *shopping centers*, porque eu acho que eles podem ajudar a Prefeitura na questão dos testes.

Acho imprescindível as pessoas doentes fiquem em casa, mas as pessoas que nada têm, podem produzir, ajudar a nossa cidade a se desenvolver, manter o seu patamar, principalmente os postos de trabalho. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Após todas as manifestações, eu entendo que, para harmonizar o debate, nós ensejariamos agora, no final, que a oposição e o governo, pelos seus respectivos líderes, ou por quem eles determinassem, fizessem os derradeiros questionamentos ou depoimentos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, nós temos duas inscrições que ficaram para depois, a do Ver. Márcio Bins Ely e a do Ver. Mauro Pinheiro – ambos gostariam de falar.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, prefeito, vereadores que me antecederam. Nós estamos aqui muito preocupados tendo em vista o transcurso, prefeito, de 120 dias, e parece que muito pouco foi feito para que se pudesse reverter essa realidade que a cidade está enfrentando. Eu quero me somar a todos que me antecederam com relação a preocupações relativas ao comércio, eu acho também que, de certa forma, há uma contradição no fechamento do Mercado Público e a manutenção dos supermercados abertos; também não vejo muita diferença naquilo que representa o comércio do Mercado Público em relação às atividades supermercadistas. Acompanhei atentamente a manifestação de todos e quero dizer que muitos donos de restaurante já fizeram contato conosco, donos de revenda de automóvel, local que tem baixa concentração de pessoal, pouca aglomeração, enfim...

Também não vejo, como foi dito aqui pelo vereador, tanta diferença em proibir a frequência em parques e praças e permitir a orla, só agora fazendo indicativo de fechamento.

Quero agradecer ao Ver. João Bosco e ao Ver. Mauro Zacher por me cederem a oportunidade de falar em nome da liderança do PDT, nosso partido, para, de maneira muito pontual, prefeito, dizer que nós gostaríamos que o senhor pudesse trazer aqui elementos relativos à atual situação: quantos leitos de UTI a cidade possuía antes da pandemia e quantos leitos novos foram abertos especialmente de UTI, por que não investir em hospitais de campanha em Porto Alegre, já que estamos na iminência do sistema de saúde da cidade entrar em colapso. Acho que todos já acompanharam o que o Ver. Alex já falou quanto à questão do Hospital Parque Belém, do Beneficência Portuguesa. O próprio Ver. Cassiá, de maneira contundente, questiona os investimentos em mídia, gastos elevados no que diz respeito à imprensa e pouca destinação efetiva no que diz respeito à realidade que estava evidente que iria acontecer e agora se concretiza em Porto Alegre, que é praticamente ter os hospitais chegando ao colapso, tendo em vista que estava prevista uma dificuldade enorme para atender as pessoas nos hospitais e pouco foi feito no que diz respeito a aumentar a capacidade de absorver a demanda que estava prevista.

Aí, claro, as pessoas ficam preocupadas, fazem contato conosco, dotadas de informações, mas, infelizmente, 120 dias depois nos parece que pouco foi feito e pouco poderá ser dado de resposta à população, porque as pessoas estão morrendo, as pessoas precisam do hospital para tentar sobreviver e, de fato, a infraestrutura que foi montada, tendo em vista a perspectiva que se teria, foi muito aquém daquilo que a necessidade nos impõe. E hoje isso está evidente, quando nos aproximamos da bandeira preta, nós já na bandeira vermelha, todos muito preocupados querendo respostas: quantos leitos de UTI Porto Alegre possuía, quantos novos leitos foram abertos e por que nada de anúncio de hospitais de campanha? O que se pode esperar da Prefeitura com relação a uma resposta para essa situação que nos preocupa a todos.

Muito obrigado pela atenção, boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Nós ouviremos agora o líder da oposição e depois o líder do governo, cinco minutos para cada um.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Pujol; nosso convidado desta tarde, nosso prefeito de Porto Alegre; colegas vereadores e vereadoras; estava ouvindo atentamente e creio que todos os vereadores e vereadoras têm uma enorme preocupação com este período que estamos vivendo, jamais imaginávamos passar por este período de pandemia. Com as ações adotadas pelo atual

prefeito, de isolamento social, de algumas preocupações importantes, imaginávamos que Porto Alegre ia bem, mas, infelizmente, no decorrer dos meses, se percebeu a insuficiência desta estrutura ofertada à população. Pergunto ao nobre prefeito Marchezan, com todo respeito, se continuam ainda os 174 leitos – se continua somente esse número de leitos, até o final do mês vai colapsar – ou são os 384 leitos que estavam previstos? Também gostaria de perguntar ao prefeito se ele sabe se esses leitos estão sendo ocupados por porto-alegrenses ou por todos os cidadãos do Estado e outros estados, porque, como é do Sistema Único de Saúde e é universal, os leitos devem estar sendo ocupados também por municípios do interior. Portanto, a oferta para Porto Alegre não seriam 174 leitos. O prefeito tem os números de quantos porto-alegrenses estão utilizando esses leitos e de quantos do interior do Estado? O prefeito tem um planejamento de contratualizar mais leitos de UTI na rede privada ou até mesmo na ampliação de contratualização na rede filantrópica? Primeiro aspecto.

Segundo, nós soubemos que a testagem em massa acaba nos dando uma força no rastreamento de quem pode estar contaminado, de quem contraiu o vírus, por que o prefeito não faz essa testagem em massa, começando pelos trabalhadores da saúde, dos serviços essenciais e para aqueles que até então apresentam os sintomas de ter contraído o vírus? Porque, se nós tivermos esse controle, nós podemos fazer o isolamento dessas pessoas e aí estudar um plano de flexibilização. Enquanto não se tem essa testagem em massa e saber quem, de fato, está com vírus, parece-me que é um abre e fecha a curto e longo prazo. Então, não se tem um controle devido nesse aspecto.

Outra questão, que já foi trazida pelos vereadores, é com relação ao recurso recebido pelo Fundo Nacional da Alimentação Escolar. São mais de 50 mil crianças que estão sem alimentação, se não fossem as ONGs, o voluntariado, essas pessoas estariam passando fome. Quando o prefeito vai ter um plano para poder atender às crianças que estão no momento fora da escola? Da mesma forma, nós percebemos que, depois de três meses de pandemia, muitos pequenos empresários já quebraram, pergunto: a Prefeitura vai ofertar um programa de microcrédito? Tem algum planejamento? O prefeito utilizou um recurso do Fundo de Saúde para propaganda, pergunto: o prefeito vai devolver esse recurso?

São algumas preocupações enormes, neste momento não dá para fazer caixa, é preciso ter responsabilidade, e a responsabilidade dialoga com o combate, de fato, da pandemia. Não é justo, por exemplo, que se corte o vale-alimentação dos trabalhadores da saúde; não é justo que 20 leitos de ortopedia, traumatologia estejam fechados no HPS, poderiam estar sendo utilizados no combate à pandemia; falta de funcionários. Para concluir, nobre Presidente, creio que esta preocupação da Câmara de Vereadores é pertinente no momento em que o próprio Portal Transparência não diz claramente onde são investidos os recursos recebidos pelos governos federal, estadual e da própria Câmara. Então, prefeito, é uma forma deste diálogo esclarecer este planejamento, que é de sua responsabilidade como prefeito e que a sociedade cobra. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra, pelo governo.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Boa tarde, presidente; boa tarde aos colegas vereadores, ao prefeito Marchezan, aos secretários que estão acompanhando o prefeito. Em primeiro lugar, quero parabenizar o prefeito, seus secretários e esse grupo pelo trabalho que vêm prestando. Muitas vezes acompanhei, dentro da minha disponibilidade de tempo de vereador como líder do governo, várias reuniões desse grupo que tem discutido o combate à Covid e tenho visto o quanto essas pessoas têm se dedicado e trabalhado em prol da cidade de Porto Alegre. Foram inúmeras vezes, não foram nem uma nem duas vezes, em que eu vi o prefeito tomando decisões, mesmo contrárias aos meios de comunicações, decisões que eram ruins politicamente para ele, mas que eram melhores para a cidade, e ele dizia que não se preocupava politicamente, nem com a eleição. Então, quero parabenizar o prefeito pelas suas atitudes, sempre pensando o melhor para a cidade. Como ele próprio disse, inúmeras vezes, que poderia cometer erros, certamente cometemos erros. O Ver. Cassiá Carpes, que foi jogador de futebol, e o Ver. João Bosco Vaz, que foi cronista esportivo, sabem que ser comentarista do jogo jogado é muito mais fácil do que ser o treinador, que tem que escalar o time e decidir qual a tática para o jogo. Depois do jogo jogado é muito mais fácil comentar. O prefeito e o secretário de saúde têm que tomar a decisão de vidas, de vidas que serão salvas ou não por uma decisão tomada por eles, quero parabenizá-los pelas atitudes que têm tomado. A cidade de Porto Alegre, certamente, hoje, é uma das cidades, não só do Brasil, mas no mundo inteiro, que teve o menor número de óbitos, foram salvas várias vidas pelas decisões tomadas. Talvez algumas decisões não contemplaram algumas pessoas, pois, certamente, quando se toma uma decisão, principalmente política, não se consegue contemplar cem por cento das pessoas. Eu tenho certeza que as decisões tomadas por ele sempre foram pensando naquilo que era melhor para a cidade naquele momento.

Também quero parabenizar o prefeito que, mesmo com toda esta pandemia, com todas as dificuldades, está preocupado com a cidade não só para este ano de 2020, mas já se preocupando para 2021 – mesmo sem saber quem estará governando Porto Alegre no próximo ano –, enviando vários projetos para a Câmara para que nós, vereadores, possamos fazer a nossa função, discutir e votar os projetos. Contra ou a favor, nós temos que decidir através dos projetos enviados pelo Executivo a continuidade da nossa capital para este ano e para o próximo ano. São projetos sobre previdência, sobre transporte público, que nós sabemos que está numa crise não só em Porto Alegre, mas em todo o Estado. Mesmo que não concordemos com todos os projetos, acho que é a nossa função fazer o debate para a cidade.

Quero também parabenizar o secretário Christian, da Secretaria de Relações Institucionais, que, junto com o prefeito, está encaminhando esses projetos, dentro da crise, para que possamos fazer o debate para a cidade de Porto Alegre. Independente de maioria ou minoria, o importante é que se faça o debate, que os vereadores tenham a consciência que têm que votar o que for melhor para a cidade, e não porque sou

oposição tenho que votar contra ou porque sou governo tenho que votar a favor. Acho que o debate tem que acontecer e decidir aquilo que julgamos ser o melhor, esquecendo campanhas políticas e, sim, fazer a discussão desses projetos. Eu tenho certeza que a Câmara vai ser madura o suficiente para que possamos fazer um bom debate dos projetos que estão chegando e que ainda vão chegar nos próximos dias. Vou me colocar à disposição de todos os vereadores, como fiz em todo o período em que fui líder, para debater os projetos, trazer secretários, para que possamos avançar para uma cidade com mais qualidade. Fizemos isso durante o período em que fui líder e continuo me colocando à disposição dos vereadores para que possamos entender esses projetos e buscar o que é melhor para a cidade, independente de governo, oposição, independentes. Acho que temos bons projetos, a gente pode fazer um bom debate, a cidade continua, apesar da pandemia. Esperamos passar o mais rápido possível, sabemos as dificuldades, mas acho que chegou a hora de enfrentar. Nós não fizemos, Ver. Cassiá Carpes, o debate dos projetos, porque até há pouco a Câmara tinha decidido que votaria projetos relacionados à Covid. Agora decidimos que retornaríamos à votação dos projetos, alguns já estão na Câmara, já foram protocolados, outros serão protocolados, para que possamos fazer esse debate junto com todos os vereadores e avançar na cidade não só para 2020, mas para 2021, 2022, 2023, 2024, independente de estarmos ou não na próxima legislatura na Câmara de Vereadores ou na Prefeitura, mas que possamos deixar um grande legado para a cidade.

Quanto à questão da Covid, o secretário de saúde, junto com o prefeito e com o secretário Bruno, está fazendo um excelente trabalho, tanto é que, quanto aos resultados, Porto Alegre diminuiu o número de óbitos em 2020 em relação à 2019. Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol, e agradeço a oportunidade de falar aos vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Concluindo as manifestações dos vereadores e suas respectivas bancadas, como derradeiro ato nosso, vamos transferir a palavra ao prefeito municipal, Nelson Marchezan Júnior, para que ele utilize o tempo que lhe foi atribuído. Por oportuno, quero anunciar à Casa e à cidade que hoje, às 14h, encaminhamos a Prefeitura Municipal o projeto do Funcovid-19 com redação final que traduz a vontade do Sr. Prefeito Municipal e da sua equipe, sendo, por nós, examinado amplamente e aprovado por unanimidade. Espero que o Sr. Prefeito, com brevidade, possa sancionar esta lei que surge aqui na Casa, traduzindo à vontade, não só do Executivo, como do Legislativo, com isso podendo implementar esse excelente programa na administração municipal. Com a palavra, o Sr. Prefeito Municipal, Nelson Marchezan Júnior.

SR. NELSON MARCHEZAN JÚNIOR: Obrigado, Presidente Pujo, vereadores que se manifestaram. Pela sua última manifestação, Presidente Pujo, já respondo à Ver.^a Cláudia Araújo, que me perguntou sobre o cartão de débito exclusivo para compras com alimentação e higiene: o cartão estava aí no Parlamento até ontem;

hoje ele está sendo encaminhado para cá; por isso que ele não estava implementado ainda, estava na Casa Legislativa. Vou tentar aqui, dentro das limitações, responder ao volume de demandas. Começo pelo Ver. Mendes Ribeiro que fala na sua preocupação, que imagino ser de todos os vereadores, como é minha também e de todos que habitam aqui, em relação ao futuro da cidade. Vou tentar fazer um *link* com alguns quesitos que foram colocados, como parques e a orla – é importante a gente ressaltar aqui que ambientes abertos são ambientes seguros, ambientes arejados são os mais seguros em relação à transmissão de qualquer virose, o que é uma evidencia, não só para o coronavírus, como para qualquer vírus. Isso é evidência científica, ou seja, com metodologia, testado, comprovado, validado de acordo com as regras mundiais daquilo que se torna evidência para ser utilizado na prática por profissionais da área da saúde. No entanto, o momento em que a gente vive, vereador, é o momento em que a gente teve uma aceleração das demandas de utilização por leitos de UTI. Em virtude dessa aceleração, estamos tomando medidas drásticas que esperamos ser por pouco tempo. Então, a gente procurou aqueles locais públicos que, com menos investimento público, pudéssemos passar um sinal para a sociedade, como a orla, como Parque Knijnik, como o Parque Harmonia, como o Jardim Europa, que são praças e parques cercados, fechados. Seria muito difícil a gente querer passar um sinal para a sociedade, fechando a Redenção, o Marinha do Brasil, que são muito abertos. Então, foi um sinal, mas as evidências continuam dizendo que locais arejados são locais de baixa contaminação. Com relação ao que foi dito que foi feito muito pouco nas questões de saúde e que deveríamos ter se preparado melhor, eu tenho dificuldade em responder isso porque todos os nossos números indicadores em relação a outras cidades não demonstram isso, demonstram o contrário; então eu não saberia exatamente em que ponto deveria responder, porque reitero que os nossos indicadores são todos iguais ou melhores que a maioria das cidades brasileiras ou até de capitais de países ricos. Então eu não sei exatamente como lhe responder isso! Em relação à previsibilidade do decreto, a gente tem expectativa que a ente comece a reduzir a aceleração, e nós próximos dias ou semanas, uma a duas semanas, a gente tenha uma diminuição da aceleração ou até diminuição da demanda de ocupação de leitos de UTI. Todas as projeções que a Prefeitura fez até agora – todas – não são projeções que têm itens estipulados por nós, são baseados em fatos passados; então, é com base nesses dados que são fáticos que a gente faz essa projeção. Infelizmente todas as nossas projeções têm se concretizado; então a gente não tem essa previsibilidade definida, a gente tem expectativa que tenhamos diminuição da demanda por leitos, a velocidade da demanda, quem sabe até da demanda, para que a gente possa, dentro desta projeção de queda, fazer novas flexibilizações nas restrições que infelizmente vão continuar tendo. Eu acho que os senhores devem estar acompanhando o que acontece no mundo, não devendo estranhar, como pareceu que estranha a maioria dos senhores, essas medidas restritivas. Eu não consigo citar nenhum país que não tenha utilizado medidas restritivas, de alguma forma, à circulação, infelizmente baseadas na atividade econômica. Nesta semana, Israel, pela terceira vez, impôs medidas restritivas; a Espanha está fazendo isso de novo. Eu lamento e desconheço ferramentas do ponto de vista populacional de massa – acho que

isso também já atende às demandas de vários vereadores – que tenham sido mais eficientes do que essa. Com relação às perguntas do Ver. Felipe Camozzato sobre evidências de que as medidas são resolutivas. As evidências são na circulação do vírus; a gente restringe a circulação das pessoas, e a circulação dos vírus, inclusive do coronavírus, diminui. Isso uma evidência não só do coronavírus, mas de todos os vírus, e a ferramenta usada mundialmente é reduzir a circulação para reduzir a circulação do vírus – o vírus circula pelas pessoas. Contaminação dentro dos hospitais – sempre que isso acontece e se caracteriza um surto, a vigilância se põe presente lá, faz a avaliação e toma as deliberações que a ciência determina, não só nos hospitais, como nas clínicas de idosos, como também em qualquer outro lugar onde houver um surto. Então, medidas sanitárias são tomadas pelos profissionais da saúde da área sanitária, não só nos hospitais, mas em todos os outros locais. Os decretos para contenção da contaminação de 15 dias, esse é um prazo que a gente normalmente estipula para poder calcular os efeitos; efetivamente, no mês passado, a gente tomou algumas medidas, já que a demanda por leito de UTI acelerou diariamente, ou pelo menos progressivamente, de forma intermitente no mês passado, nos levando a tomar medidas de restrição. Nós, ao longo das medidas, acompanhamos outras medidas que são as de circulação, outros indicadores, como *in loco*, que agora está de uma forma bem fácil para todos acompanharem, como o aplicativo dos celulares que são 2,4 milhões de aparelhos monitorados na cidade de Porto Alegre, como os usuários do transporte coletivo, como os veículos que entram em Porto Alegre, como os veículos que circulam em Porto Alegre. Então, com base nesses dados que indicam que a circulação não reduziu, é que aquelas medidas que tinham por intenção reduzir a circulação e, em 15 dias, reduzir a contaminação, já nos levaram a crer que não iria reduzir a contaminação; portanto, a demanda iria continuar. Então, a gente teve que tomar outras medidas, talvez aqui a gente pudesse ser questionado ao contrário do que a maioria dos senhores parlamentares nos questionaram: por que não restringiram antes? Porque a gente tentou medidas restritivas, não tão restritivas, tentando fazer com que a circulação diminuísse, com a expectativa que isso fosse diminuir a demanda por leitos. Isso também se mostrou acertado porque as medidas foram colocadas, a circulação não diminuiu, bem como a demanda por leitos também não, continuou aumentando, e as projeções se concretizaram. Por isso que tivemos que tomar mais medidas restritivas, na expectativa de lançar esse desafio – eu reitero aqui o pedido de apoio para todos os parlamentares – para que a gente possa diminuir a circulação para não precisar tomar medidas mais restritivas. Com relação aos protocolos de remédios, a liberdade de prescrição, os profissionais têm formação médica adequada para estarem nos postos de trabalho em que se encontram, seja os contratados pela Prefeitura, seja os contratualizados, eles têm a sua liberdade profissional de fazer prescrição que eles, dentro das suas evidências e capacidade profissional, entendem que é o mais adequado para o paciente. Então, não sou eu, o prefeito, que vou estabelecer qual é o remédio, a prescrição que tem que dar. Os médicos são capacitados e responsabilizados pelas orientações médicas que dão aos pacientes. Com relação ao Ver. Márcio Bins Ely, de novo, ele vem com a afirmação que parece muito pouco o que foi feito. Eu não consigo responder isso porque eu não sei

exatamente a que se refere exatamente isso. Quanto aos hospitais de campanha, a gente também já se referiu muitas vezes aos hospitais de campanha. Por que anunciar um hospital de campanha, que é um local menos qualificado? Não é nossa característica e nós não entendemos correto. Nós deixamos um legado, o nosso legado para a cidade são os leitos novos do Hospital Independência, são leitos novos no Hospital Vila Nova. Então, estamos tentando deixar legados: estruturas que possam os atuais pacientes serem melhores atendidos, com menos riscos de contaminação para eles e para os trabalhadores; e um legado que fica aí, uma estrutura que fica à disposição da cidade para sempre. A sua informação de que pessoas estão morrendo por falta de atendimento, Ver. Márcio Bins Ely, por favor, nos indique onde está acontecendo isso. Nós não sabemos, em Porto Alegre, que pessoas estão morrendo por falta de atendimento em nenhuma área, por nenhuma doença. Então, se o senhor tiver essa informação objetiva, nos encaminhe imediatamente onde isso está acontecendo porque nós não temos esse registro, ao contrário, todos os nossos índices nos levam a outra interpretação.

Com relação à Ver.^a Cláudia, foi uma série de informações aqui de demandas, com certeza, não consegui anotar tudo, vou tentar responder o máximo que eu puder. A vereadora retorna com a pauta dos hospitais de campanha. Hospital de campanha não é necessário em Porto Alegre, nós temos estrutura física para receber leitos e serviços. Hospital de campanha – era importante dar uma pesquisada – não é recomendado, a não ser em casos extremos; ele não é um hospital, ele não oferece atendimento hospitalar a valor tão adequado, um serviço de tanta qualidade como um hospital que foi construído para ser um hospital. O nome já diz “hospital de campanha”, então, Porto Alegre não precisou disso e espero que não venha a precisar de ter hospitais de campanha. Eu acho, como a senhora falou, que as empresas de transporte podem acabar de vez, uma expressão sua, por isso, nós estamos encaminhando projetos para a Câmara de Vereadores para que a gente possa mudar o sistema e contamos com o apoio dos vereadores para aprová-los. São projetos que representam aí inovações comentadas no Brasil inteiro, até em jornais estrangeiros, do exterior, em relação à novidade das propostas, à inovação e ao caminho que toda a sociedade mundial segue. Então, contamos com a aprovação para não acontecer isso. Ninguém quer que as empresas acabem, não é? Elas prestam um serviço, e o que a gente quer é que seja um serviço adequado e a valores para os usuários de ônibus de forma adequada, para isso, precisamos da aprovação dos projetos e do apoio dos vereadores para melhorá-los e que a gente possa aprová-los. Outras perguntas que a senhora fez aqui eu já respondi, que foram em relação à orla, em relação aos hospitais de campanha. Em relação ao IMESF, também já respondi, repito: tem uma decisão judicial, acho que isso não é novidade, é uma decisão, o IMESF está extinto. Em relação ao vale-transporte, há uma alternativa para que a gente possa, depois, na área, quando retornarmos às atividades também ter uma distribuição de horário para diminuir a circulação nos mesmos horários, não só no transporte coletivo, mas em todas as atividades da cidade. Então isso, se funcionar – nós acreditamos e temos a indicação que vai funcionar –, realmente será uma grande ferramenta tanto para o transporte coletivo, quanto para o retorno das atividades quando elas puderem retornar. A gente espera prejudicar menos pessoas em relação a isso, por

isso só vai acontecer... Eu não sei que quem me disse que tinha acordado sem o vale-transporte, só na quinta-feira vai acordar sem o vale. O decreto vale a partir de amanhã, mas as medidas para o transporte coletivo e para o vale-transporte valem a partir de quinta-feira que vem, não estão valendo ainda porque a empresa pediu, ontem à noite, que a gente prorrogasse isso para ter certeza, fazer os testes e evitar um menor número de risco para os usuários.

Com relação aos questionamentos do Ver. Prof. Alex Fraga, retorna, de novo, a questão do IMESF, e a gente já esclareceu que há decisões judiciais a respeito disso, o IMESF já está extinto. Eu acho injusta a sua posição de que nós não tivemos um gerenciamento responsável. Ela é agressiva, injusta, e o senhor não trouxe nenhum dado para alegar isso. Eu poderia dizer que a sua manifestação é irresponsável, mas não acho que esse seja um nível adequado e que contribua para que possamos sair daqui todos nós melhores, e principalmente a cidade melhor. Então, eu vou desconsiderar isso e vou pedir que, em outras oportunidades que o senhor fizer isso – espero ter muitas aqui com os senhores –, o senhor traga algum dado efetivo. Eu acho que a gente pode elevar o nível do debate, pelo menos, com a maioria dos vereadores. Ter um nível elevado aqui, todos nós saímos sempre melhores e podemos propiciar cada vez mais essa nossa relação e esse nosso diálogo.

Em relação ao Ver. Cláudio Janta, do Solidariedade, a gente tem dificuldades mesmo, vereador, são muitas as manifestações aqui em relação aos supermercados. A única cidade no Brasil que conseguiu colocar aos supermercados, ou que decretou que eles só poderiam vender itens de alimentação, higiene e limpeza foi Sorocaba, de 5.700 municípios. Então, é muito difícil essa determinação. Em várias reuniões do comitê, a gente estuda essa possibilidade, mas, realmente, pode gerar muita confusão dentro dos supermercados, e a nossa ideia não é beneficiar, nem prejudicar, é buscar ferramentas existentes que possam diminuir a circulação. Então, a diferença das lojas de bazar e das de eletrodomésticos é que supermercado vende, por sua natureza, itens essenciais, isso a gente pretende deixar aberto para que as pessoas possam, evidentemente, continuar comprando itens essenciais. Por isso que a gente restringiu e, agora, chegou ao ponto extremo do Mercado deixar autorizado aquelas lojas, aquele comércio com porta para fora para fazer o *take-away*, o pegue e leve, e o *delivery* em todos, mas as aglomerações dentro do Mercado Público estavam muito difíceis de serem contidas - ele é um centro comercial, e a gente tinha dificuldade inclusive porque recebemos uma notificação do sindicato das empresas de segurança, dizendo que os guardas contratados ali não poderiam fazer o controle de entrada e saída. Portanto, a gente teria que colocar guardas municipais, porque o sindicato das empresas de segurança, dos trabalhadores, não queria deixar que os seus funcionários contratados ali para monitorar a entrada e saída fizessem esse controle. Então, isso foi para evitar mesmo aglomerações e passar um sinal de um local que é um ambiente âncora. Nos *shopping centers* a gente tem o conceito das lojas âncoras, o Mercado acaba sendo uma estrutura âncora de atração de pessoas. Então, a gente acha que nesses próximos dias é importante, para dar um sinal geral, buscar essa redução da circulação para evitar uma superlotação. Realmente, a gente está perdendo empregos na cidade de Porto Alegre, no

Rio Grande do Sul, no Brasil e no mundo inteiro, Ver. Janta, é uma situação que nos angustia. A gente busca alternativas para que a gente não perca vidas, é uma decisão muito difícil, posso lhe garantir. Talvez a gente não esteja indo de forma tão bem-sucedida na questão de perda de empregos porque não achamos, no mundo, outra ferramenta para diminuir a circulação, que é evitar as atividades econômicas, mas do ponto de vista de salvar vidas, não perder vidas, eu acho que a gente está indo bem; aliás, eu não acho, eu tenho evidências de que a gente está indo bem, relacionado a nós mesmos e comparados a outras cidades do Brasil.

Em relação aqui ao Ver. Adeli Sell, eu não vou responder todas as suas manifestações, porque se tornaria uma troca de agressões, uma troca de farpas, e eu não teria como buscar tantos argumentos infundados aqui para agredir o Ver. Adeli Sell, porque o meu objetivo aqui não é agredir ninguém. Então, vou buscar responder às perguntas e comentar as sugestões que os outros vereadores aproveitaram para fazer. Então, comentando as sugestões e respondendo às perguntas, talvez, eu satisfaça alguma pergunta não feita ou alguma sugestão não trazida pelo Ver. Adeli Sell.

O Ver. Cassiá Carpes, do Partido Progressista, traz algumas observações, de novo, em relação aos hospitais de campanha. Eu reitero aqui que eu tenho falado insistentemente todos os dias, todos os hospitais têm falado, então, eu não sei mais quais outros dados em relação aos hospitais de campanha a gente pode trazer para dizer que é melhor o cidadão estar num hospital que num hospital de campanha. Com relação ao Parque Belém, de novo acho que não há nenhuma rusga pessoal, aliás, acho que eu vi uma ou duas vezes a diretoria do Parque Belém, nem conheço a vida privada ou pessoal das pessoas. Enfim, acho que assim como o Parque Belém, a Beneficência Portuguesa, inclusive tem um médico que é filiado ao PSDB e foi colega do nosso secretário da Saúde, então, eu não vejo por que essas colocações subjetivas de eventual rusga. Isso não é pessoal, isso aqui é gestão pública, é dinheiro público, Ver. Cassiá, e por isso que não pode colocar no Parque Belém porque ele recebeu dinheiro público, isso já foi repetido várias vezes, em várias manifestações da Prefeitura, já está em várias publicações, vários jornalistas já falaram, o Parque Belém recebeu dinheiro para entregar serviço público. Vou lembrar aqui o DEP, Ver. Cassiá, que recebeu dinheiro público para executar um serviço – limpar boca de lobo -, não executou. O senhor lembra disso? Deu improbidade, tem gente processada penalmente. O Parque Belém recebeu dinheiro público e não entregou serviço de saúde. Se eu botar mais um centavo lá, vou ser processado por improbidade administrativa. Prefiro botar na Santa Casa, no Independência ou no Divina Providência, que administra o Independência, no Instituto de Cardiologia, a gente paga e o serviço público é entregue. É por isso que o Parque Belém não vai receber recursos públicos, nós não vamos contratar uma instituição privada que não entregou serviços, que a gestão anterior - alguns dos já eram vereadores - acertadamente, cancelou o contrato de prestação de serviço com todas as justificativas. Isso foi em 2012, recebeu R\$ 20 milhões e entregou menos de R\$ 6 milhões em serviços; em 2013, teve audiência na Câmara de Vereadores, na COSMAM, teve uma comissão especial com integrantes da Câmara de Vereadores, secretários estaduais, Secretaria Estadual de Saúde, secretaria municipal. Eu até me surpreendo que

reiteradamente esse assunto volte; para nós, aqui do Município, isso é pauta vencida e muito clara. A gente tem que botar dinheiro público onde tem serviços públicos de contrapartida, e é por isso que, para nós, se a gente tiver recursos, colocamos na Santa Casa, vamos colocar em instituições que retornam para nós. Sei que é uma tentação, às vezes, a gente falar, mas realmente é um risco jurídico para qualquer gestor se fizer isso. Também é preciso aqui falar de uma injustiça que o senhor fez, que é a primeira vez que venho na Câmara para apresentar projetos. Ora, Ver. Cassiá, antes de assumir, em 2016, eu estive quatro vezes na Câmara de Vereadores, estive em várias outras oportunidades na Câmara de Vereadores para apresentar projetos de lei, para discutir, assim como os meus secretários. Então, enfim, não acho justo essa questão. Quando o senhor pergunta se eu errei lá atrás ou se eu errei agora, eu errei muito, nossa equipe errou muito, mas dentro dessa relação de dúvidas e erros mundiais, eu posso dizer que a gente tem errado menos, Ver. Cassiá, por fatos, por evidências, por números e por resultados. Mas com certeza, a gente tem errado, do ponto de vista comparativo, estatístico, a gente acertou lá atrás, acertou no meio e estamos fazendo o máximo para acertar agora. Parece-nos que, se a gente comparar sempre com países, com capitais de países mais desenvolvidos que nós, com capitais brasileiras, com Estados brasileiros, se for fazer uma análise racional, a gente tem acertado muito e tenho muito orgulho aqui da equipe que a gente conseguiu montar e que trouxe aqui essa gestão toda nessa crise, uma crise mundial, uma crise de saúde, uma crise econômica, social, tenho muito orgulho das decisões que foram tomadas aqui, considerando todos os erros realmente que podem ter acontecido. Quero agradecer a todos os vereadores que aprovaram as reformas, reformas que fizeram justiça tributária, atualização da planta, e fizeram justiça também tributária nas despesas de pessoal. Graças a vocês, a maioria dos vereadores que aprovaram essas reformas, Porto Alegre está enfrentado com uma condição muito melhor essa pandemia; graças a vocês, os cidadãos estão recebendo uma atenção na área social e na área de saúde muito melhor do que se os senhores não tivessem votado as reformas. Eu rendo aqui a minha homenagem ao Parlamento que teve a coragem, no ano passado, de enfrentar reformas extraordinárias que trouxeram a qualidade do serviço público e o futuro da cidade em outro patamar. Eu preciso agradecer. Vereadora Lourdes, sobre o Mercado Público, é esse o motivo que relatei antes, vereadora. As concessionárias de veículos, com todo esse rol de atividades restritas, que a senhora leu, são decisões que a gente vai buscando, a gente tinha deixado por último isso porque tem um menor potencial específico de contágio na atividade ou porque tem uma necessidade específica da sociedade, mas que, neste momento, a gente precisa restringir muito a circulação, a gente teve que fazer escolhas e com vários critérios aqui para diminuir a circulação, a gente teve que fechar mais atividades econômicas pelo volume de circulação que elas geram, não só o local de trabalho ou o número de funcionários, mas a circulação, bem como para passar uma mensagem mais clara para a população que nós precisamos diminuir a circulação. Alguns parques estão ainda abertos alguns e vão continuar. É impossível a gente fechar 670 parques e praças. Se chegar ao ponto de a gente ter que tomar uma medida dessas, é muito difícil a fiscalização e execução, e a penalidade terá que ser muito dura, buscar ajuda da Brigada Militar, etc. Acho que talvez não seja

necessário que a gente faça isso se os cidadãos, com a ajuda dos senhores, eu sempre digo, até circula aí um formato que os senhores botam nos seus perfis, nas suas redes sociais um apelo para a população, eu queria apelar aos senhores, como líderes aqui, que utilizassem nas redes sociais esse desafio de Porto Alegre para a gente tentar chegar aí num isolamento de 55%. Ficaria muito grato aqui e daria as devidas homenagens a isso. A desobediência civil, enfim, é um risco, evidente que tem pessoas torcendo por isso, líderes torcem por isso, tem pessoas que pregam isso, tem autoridades que pregam isso, Ver.^a Lourdes, é uma tristeza, seria uma pena ver pessoas da vida pública liderando movimentos para desobediência civil. Não me parecesse, num momento de pandemia, mesmo que a gente tenha eleições neste ano, não me parece aí o mais honrado nem o mais adequado, para quem quer honrar o cargo público que ocupa, pregar a desobediência civil. O vale-transporte é dado pelo empregador para o trabalhador. A ideia é que aquelas empresas que não tem autorização para funcionar que elas não obriguem os seus funcionários a ir trabalhar. A gente tem informações de que algumas empresas estavam obrigando os trabalhadores a irem, e essa é uma ferramenta também, além de todas as outras que já mencionei, em relação a isso. Presidente Pujol, talvez eu precise de um pouco mais de tempo para responder melhor as perguntas, não deixar o líder da oposição, Ver. Aldacir Oliboni, pensar que é pessoal, nem a oposição pensar que não estou aqui para me expor e contribuir. Se puder me dar mais alguns minutinhos, lhe agradeço. Em relação às manifestações do Ver. Oliboni, líder da oposição, aquele nosso plano de contingência das UTIs, ele era, numa primeira etapa, com um certo conforto, 174 leitos. A gente já chegou lá. A gente tem hoje confirmados e suspeitos, já tem 30% dos leitos de UTI na cidade ocupados por Covid, por uma única doença. Isso já é um percentual elevado, já demonstra a capacidade que essa doença tem de se expandir. A gente pode avançar nos 255 leitos, mas mais do que isso realmente vai um desconforto já dentro das gestões hospitalares no Município de Porto Alegre. Nós não pretendemos deixar que a contaminação evolua para chegar numa demanda, para extrapolar a nossa segunda etapa do plano de contingência. A gente tem uma terceira etapa prevista, mas ela será utilizada, estamos preparados, já fizemos do início ao fim, quando realmente a gente ultrapassar aquilo que a gente entende que é mais do que o adequado. Os leitos ocupados por pessoa de fora do Estado, se tiver, é exceção, alguém fora do Estado, mas a regra não é ter pessoas de fora do Estado aqui nos leitos de Porto Alegre. Pessoas do interior, sim, a gente tem historicamente os leitos aqui ocupados; na verdade, da demanda, aqui um serviço de alta complexidade, 50% da alta complexidade de Porto Alegre sempre foi ocupada por pessoas de fora de Porto Alegre, do interior do Estado, e essa média continua; ela era um pouquinho mais, há algumas semanas, mas nas últimas semanas Porto Alegre cresceu mais do que a maioria dos municípios do interior na ocupação de leitos.

Sobre o microcrédito, não é uma política que nós estamos planejando, a gente entende que cabe isso eventualmente ao governo do Estado que tem sistema financeiro, tem bancos, mas principalmente ao governo federal. Normalmente essa política, quando ela funciona, são políticas federais, políticas macrossociais, políticas de aquisições estruturais na área de saúde, como testes, como respiradores. Isso em todos

os países foram políticas nacionais porque há uma concorrência internacional para esses produtos, para esses fornecedores. Então são políticas nacionais de ação, tanto na área social como na área de crédito. Quem tem as políticas de crédito, as ferramentas monetárias do mundo inteiro são os governos federais, e o Brasil não foge à regra. Então eu fico feliz em ver o senhor, Ver. Aldacir Oliboni, falando em contratualização de mais leitos na UTI; esse é o caminho, Ver. Oliboni, contratualizar. Não é ter leito estatal, não é hospital estatal, o senhor está correto e nós compactuamos. O caminho é contratualizar com instituições privadas mais leitos, como é o caminho que o PT seguiu nas creches aqui em Porto Alegre, como é o que a gente segue na área da saúde, contratualizando leitos em hospitais privados. Então a gente está de acordo - esse é o caminho. Nosso plano de contingência é baseado nisso, na ampliação da contratualização, conforme a necessidade vai aumentando. Ao Ver. Mauro Pinheiro, eu só tenho, na sua pessoa, a agradecer, e a todos os vereadores que enfrentaram todas as manifestações de interesses privados, de incorporações, nesses últimos anos, e que fizeram principalmente no último ano, as reformas essenciais para mudar o futuro da cidade, e esse futuro chegou muito rápido, de necessidade, que foi com o coronavírus. Os senhores prepararam a cidade para fazer um enfrentamento exemplar e falo isso não em meu nome, não em minha homenagem, mas em homenagem à minha equipe que fez esse enfrentamento ao coronavírus, muito graças às reformas que o Parlamento fez. Então na sua pessoa, transmita nominalmente a cada um dos vereadores que apoiou as reformas o nosso agradecimento, o agradecimento em nome de todos os cidadãos de Porto Alegre.

Agora tem alguns pontos, Ver. Pujol, que eu vou pedir que o senhor deixe eu concluir rapidamente porque eu acho que estão sendo utilizados. Antigamente tinha outro nome para quando alguém falava mentiras, difundia informações falsas, ofendia pessoas sem razão, saía difundindo dados inverídicos; hoje se chama *fake news*. Então até é um nome mais bonito e acho que é importante responder e tirar as dúvidas já. Eu tenho certeza de que os meus secretários já tiraram várias vezes, mas eu me proponho aqui a ocupar mais uma vez o tempo do prefeito e dos senhores para reiterar essas respostas aqui que me parecem importantes. Primeiro - acho que já foi noticiado isso na imprensa com matérias - a Secretaria Municipal de Educação já destinou 244 toneladas de alimentos. Os alimentos são comprados com as verbas públicas e são entregues às famílias. Então na outra vez já retornou isso. Talvez um pedido de informações não sei se atende isso, ou uma busca, uma pesquisa porque essa já é uma matéria recorrente. A Prefeitura recebe o valor, faz a aquisição e entrega o alimento. Então, foram 244 toneladas já entregues para as famílias dos alunos. Espero que essa pauta fique esclarecida, posso enviar os *links* das matérias, das entregas para todos os senhores que desejarem. O líder se encarrega disso para a gente poder avançar nas pautas que constroem uma cidade nova. Com relação à propaganda, nós estamos em 2020, faz 20 anos que todas as verbas de saúde, do tesouro, são colocadas através do Fundo Municipal de Saúde - está na Constituição. Faz 20 anos, vereadores. Não tem como fazer publicidade de saúde sem retirar verba do Fundo Municipal de Saúde, vereadores. Há 20 anos é assim, todos os governos, desde 2000, acho que quase todos os partidos já

passaram pelos governos. É uma pauta reiterada, 20 anos, vereadores! Os seus governos fizeram isso, recurso de publicidade em saúde. O orçamento de saúde está dentro do Fundo Municipal de Saúde. Então, é uma pauta reiterada. A gente já mostrou para os senhores os relatórios. Este governo gastou metade dos governos anteriores, não só do último, mas do antepenúltimo e do anterior. Então voltar a essa pauta de publicidade... Eu sei que é ano eleitoral, mas talvez esses momentos aqui onde têm tantos parlamentares aqui com tanta estrutura, eu e vocês, a gente poderia tornar esse ambiente mais rico para a gente debater. Talvez em campanha os senhores podem utilizar isso, eu não recomendaria. Estão informando mal, mas se os senhores quiserem, o.k., mas talvez nesse momento a gente pudesse buscar pautas que fossem mais construtivas. Sobre o Parque Belém a gente já respondeu, acho que a maioria das perguntas já. Tem uma que eu acho importante também que os senhores fiquem bem informados. Eu ouvi vários vereadores falando aqui que os leitos de UTI estão lotados. Isso é um erro, vereadores. Eu não sei de onde é essa informação e quem a passou para os senhores. Os leitos de UTI em Porto Alegre não estão lotados. Nós não temos uma fila de leitos em UTI, como nos invernos anteriores. Então essa informação está equivocada. A gente tem uma demanda muito menor, e esse é um conceito importante, como a gente diminuiu a circulação, a circulação dos vírus diminuiu. Então a demanda diminuiu, principalmente nas emergências pediátricas. Então nós não temos pessoas transbordando como é dado a entender que isso é normal. Para nós isso não é normal e isso não está acontecendo agora. De resto, eu queria dizer que tem algumas informações que estão no *site* novo que a gente está colocando. A Secretaria da Saúde publica um boletim diário, publica notas técnicas profundas sobre vários temas também para serem elaborados, debatidos, estudados, e a gente entende sinceramente que esses projetos que nós estamos encaminhando são muito importantes, Presidente. Eu gostaria de pedir que o senhor reunisse os líderes essa semana. A gente está apresentando os projetos essa semana e se a gente pudesse acelerar essa análise, o aprimoramento desses projetos, eles fariam muito bem a toda a população, já que com relação ao vírus as alternativas que a gente tem são essas que o mundo nos oferece. Em relação à cidade, a gente está oferecendo algumas para a Câmara de Vereadores e pedindo a colaboração para aperfeiçoá-las, analisá-las e votá-las para que os porto-alegrenses possam ter o benefício da forma mais breve possível em relação a essas reformas. Já agradeço aqui a oportunidade que o senhor me dá, Ver. Pujol, e a todos os vereadores aqui, não só aos líderes, mas a todos os vereadores que estiveram aqui presentes durante todo esse tempo aqui nessa conversa. Muito obrigado e conto com os senhores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradecemos ao Sr. Prefeito Municipal que conseguiu literalmente cumprir o tempo que nós havíamos deferido com ele. Fico grato a ele, não só por essa circunstância, mas também pela sua disposição de vir até a Câmara Municipal oferecer as informações que hoje foram dadas. Espero que, em breve, a gente possa estar aplaudindo o senhor à medida em que

os resultados desse esforço que está sendo realizado comecem a ser sentidos de forma objetiva. Ainda que a gente conclua e tenha a mesma convicção de vários, que não pode ser desconsiderado o problema do emprego, do trabalho, da economia, do cotidiano de uma cidade, de um estado e de um país. Obrigado, Sr. Prefeito.

Gostaria de suspender a nossa reunião virtual para que possamos promover as despedidas adequadas e posteriormente concluir os trabalhos dessa presente reunião, dizendo, desde logo, Sr. Prefeito, que a Câmara, como vem fazendo sempre, haverá de se colocar diante dos projetos encaminhados por V. Exa. ou que estejam em tramitação na Casa há mais tempo e sobre eles decidirem, emendando, votando, aprovando, reprovando, rejeitando, enfim, se posicionando, porque a nossa regra é a regra da Câmara Municipal: nunca a omissão, sempre a ação, que pode ser questionada como positiva ou negativa, mas nunca como sendo com a irresponsabilidade de fugir à responsabilidade. Isso é o que pretendemos. Obrigado, Sr. Prefeito; obrigado, colegas vereadores.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h41min.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 16h45min: Estão reabertos os trabalhos.

Sr. Luiz Afonso, demais colegas vereadores, agradeço a presença de todos. Informo, especialmente o Ver. João Bosco Vaz, que o painel que ele havia solicitado há mais tempo, com a presença de empresários e lideranças sindicais da cidade, a respeito dos efeitos da Covid-19, e mesmo dos decretos municipais tão discutidos... Eu me lembro de discuti-los na sexta-feira, dia 10, numa reunião virtual, às 11h da manhã, com a presença Sr. Paulo Afonso Pereira, presidente da Associação Comercial de Porto Alegre; do Sr. Moacyr Schukster, do Secovi; do Sr. Nilton Soares Neco, presidente do Sindicato dos Empregados no Comercio, totalizando quatro colaboradores que juntamente com o Sr. Paulo Kruse, presidente do Sindilojas, contarão com o nosso painel. Eles terão oportunidade de usar por 1 hora e 15 minutos cada um deles. A hora subsequente será propiciada aos vereadores para questioná-los indistintamente, e finalmente eles disporão de um tempo final para se manifestarem. Tudo isso estaremos fazendo entre as 11h e 13h; duas horas de reunião, prorrogada por mais quinze se for necessário, cumprindo, dessa forma, a solicitação há muito tempo realizada pelo Ver. João Bosco Vaz, apoiada por outros tantos vereadores que agora iremos poder realizar. De outro ponto, quero convidar a todos os vereadores para cumprirmos uma quarta-feira especial, que vai se iniciar de manhã às 9h30min com a reunião ordinária da Mesa Diretora; às 11h, com a reunião do comitê de risco, ou seja, a Mesa Diretora e o colégio de líderes; e as 14h, ao final e por necessário, que nossa sessão ordinária, quando pretendemos votar algum projeto de lei nesse horário, Esclareço ainda, por oportuno, que uma das situações que vamos discutir na ocasião, não somente na reunião de Mesa, como também na reunião com as lideranças, seria o ajustamento do horário de atividade de Câmara de Vereadores ao novo decreto determinado pela Prefeitura Municipal. São pequenos detalhes de iniciarmos de manhã um pouco mais tarde e concluir à tarde, da

mesma forma, um pouco mais tarde. O que permitirá que a gente enquadre também as nossas reuniões plenárias nesse horário, claro que antecipando o serviço das 14h para as 13h. Por enquanto, é tudo que eu precisava transmitir aos colegas vereadores e, naturalmente, ensinar que o Ver. Adeli Sell, que tenha alguma manifestação a fazer, sinaliza nesse sentido, que o faça e nós o ouviremos com o maior prazer.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Eu gostaria de verificar com V. Exa. a questão da pauta, porque, pelo eu verifiquei, se não estou enganado, nós temos em Pauta Especial a lei orçamentária.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Eu acho que é um engano, Ver. Adeli, nós temos a pauta, mas não tem nada de orçamento hoje. Deixe-me dar uma olhada. Desculpe, vereador, tem um projeto de lei que altera o orçamento.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Existe pauta a ser apreciada? Se tem, por favor, anuncie os projetos - a palavra fica à disposição. Obrigado, Ver. Adeli, pela colaboração. Fica aberta a possibilidade de os vereadores presentes que quiserem debaterem sobre a pauta, fazerem as inscrições com o senhor e assim ocorra o debate preliminar. Quais são as matérias?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente só uma pequena questão de ordem dos trabalhos. Nós teremos ainda o Grande Expediente e as Comunicações. Então, poderíamos fazer um requerimento de ofício e colocar em votação para inverter os trabalhos para que passemos em seguida para a pauta.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta e de Pauta Especial. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0211/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 011/20, que altera a Lei nº 12.655, de 27 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa do

Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2020. (SEI 118.00101/2020-14)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Colegas vereadoras e vereadores, eu gostaria de chamar muito a atenção para esse projeto de lei porque nós estamos mexendo no orçamento. Eu gostaria que os senhores pegassem o anexo 01 e verificassem, secretaria por secretaria. Eu posso vos garantir que os números redondos colocados – R\$100 mil, R\$100 mil, R\$100 mil. R\$ 20 mil, etc. – é uma demonstração de que é uma peça ficcional. Como o prefeito tem uma margem para mexer no orçamento, que não me agrada nem um pouco, quero dizer o seguinte: nós não deveríamos deixar passar batido sem uma discussão, sem uma análise mais aprofundada. Esse projeto irá à Comissão de Constituição e Justiça -eu já adianto que farei um conjunto de questionamentos sob o ponto de vista dos valores, da ordem de valores. Fica evidenciado, para mim, que é uma mera peça ficcional. Eu volto a insistir, não quero ser redundante, não gastarei os meus 10 minutos porque eu quero ouvir os vereadores em Grande Expediente e em Comunicações, mas peço os meus colegas que se debrucem sobre esse tema orçamentário, porque nós temos que fazer uma discussão no todo e não deixarmos passar gato por lebre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Consulto se mais algum dos senhores vereadores desejam se manifestar na Pauta Especial, que hoje tem como única matéria o PLE nº 011/20, altera a Lei nº 12.655/19, que trata do orçamento para o ano de 2020. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0412/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 190/19, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que altera o *caput* e o § 1º do art. 18, o *caput* do art. 24, o *caput* do art. 27, o art. 28, o *caput* e o § 1º do art. 33 e o *caput* do art. 34, inclui §§ 1º e 2º no art. 34 e revoga os §§ 3º e 4º do art. 30, o art. 35 e o inc. XXVI do art. 51, todos da Lei nº 8.279, de 20 de janeiro de 1999 – que disciplina o uso do Mobiliário Urbano e Veículos Publicitários no Município e dá outras providências –, e alterações posteriores, dispondo sobre a exploração comercial de empenas cegas de edifícios e muros e sobre

veículos publicitários referentes ao imóvel em que se encontram fixados. (SEI 202.00002/2020-11)

PROC. Nº 0531/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 232/19, de autoria do Ver. Paulo Brum, que institui o programa Semana Municipal de Orientação e Conscientização sobre a Esquizofrenia e inclui a efeméride Dia Mundial de Atenção à Esquizofrenia no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 24 de maio. (SEI 202.00001/2020-76)

PROC. Nº 0596/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 060/19, de autoria da Ver^a Margarete Moraes, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Instituto APPOA – Clínica, Intervenção e Pesquisa em Psicanálise. (SEI 202.00003/2020-65)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Boa tarde. Deu-me vontade de ver o Prefeito, mas ele já saiu, não é? Queria também deixar um abraço para o Pujol pelo trabalho magnífico que vem fazendo neste ano. Eu não estava preparado para a pauta de 15 minutos, então vou falar de um assunto que aconteceu hoje à tarde, quando o prefeito se manifestou com raro brilho. Nós estamos acostumados a ver os políticos falar as maiores barbaridades, e o prefeito, na maior parte da sua conversa, portou-se como um estadista. Isso nos encanta muito, primeiro porque ele entendeu que a única resposta que se tem para esse problema

do coronavírus é o isolamento, é as pessoas não fazerem aglomerações, o que é difícil de cumprir como todos nós temos visto. Eu fico perplexo de ver aquela montoeira de gente não obedecendo à regra principal (Problemas técnicos no som.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Acho que o Ver. Dr. Goulart está com algum problema de conexão.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Dr. Luiz Afonso, melhorou a conexão?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Continua cortando o som - não estamos conseguindo lhe ouvir. Passaremos ao seguinte orador, depois devolveremos a palavra ao Ver. Dr. Goulart.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Grande Expediente, por cedência do tempo do Ver. Engº Comassetto.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vou aproveitar esse tempo agora para comentar a presença do Sr. Prefeito Municipal nessa tarde na Câmara Municipal. Mais uma vez ficou evidenciado, por todos nós, que o prefeito se utilizou do lançamento de um decreto bastante restritivo, fruto, na maior parte, dos problemas advindos da sua má gestão, para vir apresentar aos colegas, vereadores e vereadoras, um conjunto de projetos de lei. Ele puxou, desde aqueles projetos do início do ano, que ele tentou votar, alguns deles, em pleno recesso parlamentar, e que voltou à carga no mês de fevereiro, quando perdeu um projeto que ele considerava fundamental, que era sobre a questão dos cobradores. Ficaram, em banho-maria, os outros projetos, porque o prefeito nunca conseguiu, efetivamente, formar uma maioria para votar esses projetos. Hoje, ficou evidente para os senhores e as senhoras que algumas bancadas, simplesmente, não usaram da palavra, inclusive algumas bancadas que até ontem faziam parte do processo de sustentação do Sr. Prefeito Municipal na Câmara Municipal. Nós, hoje, vamos lançar um manifesto, uma carta aberta de vários vereadores, de várias bancadas, colocando para a sociedade porto-alegrense o nosso profundo descontentamento com a forma como o prefeito tem tratando essas questões. Eu quero louvar a posição do Presidente desta Casa, Reginaldo Pujol, por ter marcado a reunião, na segunda-feira, com essas entidades que aglutinam vários setores econômicos, questão essa que o Prefeito deveria ter, desde o início - e eu esqueci de falar isso nessa sessão de hoje - formado um comitê de crise com a sociedade civil. Todos os lugares em que tem prefeitos que prezam pela posição da sociedade formaram comitês de crises com as principais entidades. Eu soube que foram feitas algumas reuniões, mas, principalmente, na base da pressão, quando saía ou estava para sair este ou aquele decreto.

Vereador Ricardo Gomes (DEM): V. Exa. Permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Adeli. Vou ser breve. Só para esclarecer, eu fiz junto à Prefeitura, usando a Lei de Acesso à Informação, uma solicitação das atas das reuniões do CTECOV, esse Comitê que o prefeito criou por decreto. Fiz, também, uma solicitação para saber quais são as entidades, porque o decreto prevê que o Comitê Temporário de Enfrentamento ao Coronavírus - CTECOV pode fazer convites para representantes da sociedade civil. Eu fiz junto à Prefeitura um pedido de acesso à informação, pedindo a lista de quais representantes da sociedade civil foram convocados, pedi as atas das reuniões do CTECOV e pedi os estudos que foram apresentados nestas reuniões. Obviamente, a Prefeitura, para me entregar uma ata de uma reunião, disse que precisa exaurir os 20 dias do prazo. Eu poderia apostar, neste momento, que não fará a entrega desses documentos, e teremos de ir ao judiciário exigir a comprovação dessas reuniões. Pedi, portanto, justamente, essas informações para a Prefeitura. Só para concluir.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Agradeço o aparte, muito bem colocado; V. Exa. tem pautado, muitas vezes, a questão da falta de transparência, assim como outros colegas, inclusive o Ver. Alex mencionou essa questão no dia de hoje. As senhoras e senhores viram que algumas perguntas o prefeito respondeu, mas, como ele gosta de bajular quem o bajula, bajulou algumas pessoas, mas premiou-me com a falta de resposta a qualquer coisa, disse que não iria responder, enfim, desdenhou o que eu coloquei. O problema é do prefeito, isso não vai mudar absolutamente nada no meu comportamento, muito antes pelo contrário. O prefeito chega e fala da questão do monopólio da Procempa. Em primeiro lugar, quero esclarecer - o sr. Prefeito Municipal já disse -, bem como a outros vereadores que têm outras posições que a Procempa nunca teve monopólio, ela opina, dá opinião técnica sobre contratos que a prefeitura quer fazer na aquisição de determinados meios eletrônicos, programas para trabalhar na Prefeitura. A Procempa tem trazido muito para a Prefeitura, nesses últimos anos, e o Prefeito, deveria, no mínimo, reconhecer que a Procempa foi muito importante. Hoje, nós temos 1.000 km de cabos de fibra ótica que, na minha opinião, na verdade, são patrimônio do povo de Porto Alegre e não cabe mexer. Digo mais, nós temos o art. 84 da Lei Orgânica do Município; inclusive, fala em mexer na constituição das empresas de forma direta e indireta. Ele quer mexer no mercado, quer mexer na Procempa, e nós vamos pelear até as últimas consequências. A Procempa tem uma audiência pública já garantida, e nós vamos fazer essa discussão. Aqui nós não estamos tratando de um debate ideológico, até por que eu sempre brinco com os meus dois - posso chamá-los assim - camaradas, Ricardo Gomes e Felipe Camozzato, que a gente precisa fazer discussões sérias. Brinco também com o Ver. Mauro Zacher, que tem uma tradição do seu partido, e eu acho que foram muito importantes algumas das reformas de base do João Goulart, eu respeito até hoje, e nós temos que debater a economia atual, porque nós vínhamos num tipo de economia que - está sendo verificado - está dando com os burros n'água. Agora, o prefeito vem com essa conversa mole de apresentar projetos e pedir o apoio da Câmara Municipal. Que projetos? Com que intenção? As intenções do prefeito não são, nenhuma delas, favoráveis ao conjunto da população de Porto Alegre. Ele teve três anos e meio para propor modificações na questão da mobilidade urbana. Nós dizíamos que há linhas de ônibus que estão acavaladas, que estão sobrepostas. E uma administração que queira ser minimamente eficiente - e o partido do prefeito gosta de falar muito de eficiência administrativa -, mostrou até agora que tem uma ineficiência brutal.

A resposta que ele deu sobre o Fundo Municipal da Saúde é uma afronta para quem perde seus entes queridos com esse vírus tão letal, tão cruel. O que a gente tem lido por aí é muito triste, é tremendamente triste, e o prefeito vem dizer que não faltam leitos de UTI? Então, por que razão esse drama desse decreto atual? E veja, Ver. Ricardo Gomes, que há pouco me aparteou, que eu sempre fui bastante cioso por essa questão, sempre trabalhei com a minha bancada a questão do isolamento social, mas se o prefeito tivesse feito o controle de parques e praças desde o início, se ele tivesse feito com que todo mundo utilizasse EPIs desde o início - mas nem para os motoristas de ônibus da Carris ele foi capaz de providenciar essa questão; foram eles que adquiriram as primeiras máscaras -, então, o prefeito vai e vem, vai e vem, e os seus secretários têm

uma desconexão com o dia a dia. Eu ouvi o Leonardo Hoff, atual secretário de Desenvolvimento Econômico - Ver. Ricardo Gomes, V. Exa. estava lá no início – não conhece nada de Porto Alegre. E também eu me pergunto se ele conhece o tema desenvolvimento econômico na cidade de Porto Alegre, que trata, desde as feiras normais, tradicionais, passando por feiras agroecológicas e chegando à alta tecnologia. Imaginem a situação desse cidadão sentado, amanhã, numa reunião do Pacto Alegre. Não pode dar certo. Não pode dar certo! Eu fico pensando em alguns importantes secretários que estavam lá no início do governo Marchezan, até dizia para algumas pessoas do PT: “Olha, tem um secretário aqui que eu acho que vai ajudar, o cara conhece o assunto, etc. e tal...” Quantos meses eles ficaram lá? Eu pergunto para as senhoras e para os senhores quem é que comanda, hoje, o turismo em Porto Alegre? Alguém sabe? Ninguém sabe! É uma mudança tão grande nessa Prefeitura que fica muito difícil discutir qualquer coisa sobre a atualidade dessa administração.

De uma coisa eu sei: o prefeito mandou agora, e eu chamei a vossa atenção sobre o Orçamento - vocês vão ver que são todos valores fictícios; totalmente fictícios!

Eu vou concluir por aqui, outros querem falar, é importante que todos falem, afinal de contas, eu sou uma voz em 36, mas eu tenho certeza de que a minha voz representa um grupo importante de cidadãos e cidadãs de Porto Alegre. Tenho 67 anos, tenho uma vida de mais de 40 anos de dia a dia nesta cidade e tenho lá os meus 20 anos de Câmara Municipal. Obrigado a quem me ouviu, a quem nos escuta e vamos trabalhar para uma Porto Alegre para as pessoas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Adeli. O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Meus queridos, eu acho que era importante a minha manifestação porque eu assisti a algo que há tempos eu não via: a manifestação do prefeito eu achei de raro brilho, ele estava sereno, coisa que ele não costuma estar, às vezes ele está meio aborrecido, estava muito sereno... (Problemas técnicos no som.) ...como ele entende e aceita que o isolamento seria a grande solução contra o vírus. Não adianta inventar outras medicações, não adianta inventar nada de diferente porque o que tem que se fazer para controlar o vírus é o isolamento. E o isolamento causa um problema: a redução... (Problemas técnicos no som.) ... pela união. Lembro o Plano Marshall, nos Estados Unidos,... (Problemas técnicos no som.) ...governos que tinham que sair de uma situação econômica (Problemas técnicos no som.). Então, nós temos que lutar para que os líderes, os nossos líderes maiores – presidente, governador e prefeito – se unam para... (Problemas técnicos no som.) ...

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vereador, o seu som está cortando de novo. Estamos com dificuldade de ouvir V. Exa., Ver. Dr. Goulart, e nós temos um pedido de Comunicação de Líder, pela oposição. Sugiro que,

enquanto V. Exa. tenta melhorar a sua conexão, nós passemos a isso e depois podemos retornar com V. Exa. Pode ser? (Aquiência do Ver. Dr. Goulart.) Obrigado.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o diretor Luiz Afonso, o nosso Presidente, os colegas vereadores e vereadoras que ainda estão aqui na sessão virtual e também os cidadãos que possam porventura estar nos acompanhando. Hoje à tarde tivemos a visita do prefeito municipal, diga-se de passagem, esperada por muitos vereadores porque os questionamentos eram muito pontuais na medida em que o prefeito e sua equipe não apresentam um plano concreto de combate ao coronavírus em Porto Alegre, postura muito semelhante ao governo do Estado e ao governo federal. Não diz claramente quantos leitos de UTI há disponíveis, quantos ele pretende ter para poder até trabalhar com a flexibilização dos serviços e fica nesse abre e fecha. Lamentavelmente, ele não respondeu, de fato, qual é o plano ainda. Questionado por alguns vereadores, alguns mais incisivos, como o Ver. Adeli – nosso líder do PT –, o Ver. Prof. Alex Fraga – líder do PSOL – e outros líderes, ele não respondeu às perguntas porque ele considerou isso uma ofensa. Ofensa é não disponibilizar o que é de responsabilidade do gestor público, os leitos, as testagens, e as pessoas estão perdendo a vida! É inadmissível o prefeito dizer – e o *site* transparência está dizendo isso aqui – que comprou 111.350 testes e somente testou 8.242. Onde está a testagem em massa, a testagem dos trabalhadores dos serviços essenciais, das pessoas idosas? Ele não tem plano nenhum. E nem mesmo está dizendo, o prefeito, onde ele está colocando o recurso recebido para o combate à pandemia. Quando eu questionei se ele vai disponibilizar leitos públicos ou até mesmo um hospital de campanha, foi citada muito a questão do Hospital Parque Belém, ele migrou para aquela ideia que, em tese, a maior parte dos gestores, quando quer terceirizar algo fala em contratualização, e ele afirmou, é exatamente essa a palavra que nós vamos, não só usar como vamos fazer: vamos contratualizar. Ele disse que vai comprar na rede privada ou filantrópica. Isso mostra que aquele discurso dele do legado, que deixaria um legado de leitos e de uma série de estruturas na saúde, não é real. Porque esse legado está na iniciativa privada que, por sua vez, vê a saúde como uma forma de ter lucro ou justificar algo que ainda não se sabe. Porque o paciente da Covid-19 representa um valor altíssimo pago pelo governo, em função de ser para o combate a uma pandemia. Quando questionado sobre o recurso do Fundo de Saúde para propaganda, ele falou que é legal, que isso está previsto no fundo. Pode até ser, mas não é moral! Em tempos de pandemia, utilizar um recurso que poderia ter ido para a testagem, para medicação ou até mesmo para a compra de um leito, e ele faz propaganda? Então, realmente, nós não vimos nada de novo, aquelas tentativas que nós fizemos em trazer o secretário de saúde foi semelhante às tentativas da vinda do prefeito à Câmara; creio que o maior foco que ele tinha hoje era dizer que está mandando projetos importantes, na visão dele, para que a Câmara se debruce sobre os PLs do governo, onde continua tirando direitos dos trabalhadores, de forma especial dos funcionários públicos, e não apresenta nada de novo. A questão, por exemplo, do

Plano Nacional de Educação, que ele recebe milhões de reais para alimentação das crianças que estão afastadas da escola nesse momento, ele não fez, está recebendo o recurso e não está repassando a alimentação para essas crianças; são as ONGs, as entidades que estão se organizando para essas famílias não passarem fome. Realmente, em tempos de pandemia e próximo de uma eleição, quem quer faz política é o governo, é a oposição, é o prefeito, não somos nós. Nós estamos aqui na missão de poder avaliar projetos importantes para a cidade, mas não somos obrigados a concordar com eles, como o pacote da mobilidade, como ele também referiu. Então, nesse aspecto, creio que o prefeito não trouxe nada de novo, a não dizer que a Câmara tem que se debruçar para aprovar os projetos do governo; inúmeros projetos bons, estratégicos, dos vereadores, os que passam aqui na Câmara são vetados pelo prefeito. Lamentavelmente, tem um enorme esforço para que a Câmara avalie do ponto de vista de importância e de valorização do Parlamento para poder derrubar o veto. Então, mais uma vez, o nobre prefeito não trouxe nada de novo, a não ser aquilo que já conhecemos, sem um plano estratégico para o combate da pandemia em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Antes de passarmos ao período de Comunicações, eu pediria ao diretor legislativo que informasse a Casa dos requerimentos, que nos pedem alguma providência, formulados por mais de uma dezena de pessoas, para que informe desse fato e dê as determinações que, em princípio, nós acertamos, para que eles comecem a ter uma tramitação normal após o apregoamento que precisa ser necessariamente feito. Solicito ao amigo que tome essas providências.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Presidente.

Aprego Ofício nº 206/GP, do Sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre, encaminhando o PLCE nº 008/20.

Aprego Ofício nº 237/GP, do Sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre, encaminhando o PLCE nº 009/20.

Aprego processo SEI nº 118.00103/2020-03, cujas signatárias são: Fernanda da Cunha Barth e Nair Berenice da Silva.

Aprego processo SEI nº 118.00105/2020-94, cujos signatários são: Ines Souza dos Santos, Katia Souza dos Santos, Patrícia Fragoso Tavares da Rocha, Jociara Nunes Ribeiro, Thais Florêncio dos Santos e Leandro Faria Moraes.

Aprego processo SEI nº 118.00106/2020-39, cujas signatárias são: Adriane Garcia Rodrigues e Iria Helena Cabrera.

Aprego processo SEI nº 118.00107/2020-83, cuja signatária é Karin Fortini Jung.

Aprego processo SEI nº 118.00108/2020-28, cujo signatário é Charles da Luz.

Apregoo processo SEI nº 118.00109/2020-72, cuja signatária é Yolanda Sirino da Silva.

Informo que todas as representações são endereçadas ao Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre e têm o mesmo teor - acerca das normas expedidas pelo Executivo sobre distanciamento social e solicitando “sejam tomadas as medidas atinentes com a finalidade de sustar os atos normativos do Poder Executivo Municipal que exorbitem do poder regulamentador”. Essas eram as matérias a serem apregoadas, Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Feito o apregoamento, determino a V. Exa. que, de acordo com os trâmites regimentais, me seja encaminhado, com a devida brevidade, esses requerimentos, a fim de que possamos assegurar aos mesmos o devido trâmite legal. Por oportuno até assinalo que seria altamente positivo se nós pudéssemos, na manhã de quarta-feira, antes das 9h30min, que é o horário da reunião da Mesa Diretora, ter conhecimento dessa matéria, se tivermos oficialmente isso em mãos já discutiríamos com os pares os caminhos que deveremos tomar em função do requerido. Desde já lhe fico agradecido por essa providência. Senhor diretor, pergunto quais são os vereadores inscritos em Comunicações.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Pela ordem, os oradores são os seguintes: Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Dr. Goulart, Ver. João Carlos Nedel, Ver.^a Comandante Nádia, Ver. Márcio Bins Ely e Ver. Prof. Alex Fraga.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu observo, diretor Luiz Afonso, que o Ver. Aldacir Oliboni está presente e deseja se manifestar. Peço que lhe seja assegurada a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Comunicações para a próxima sessão.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Agradecendo a todos os vereadores e muito especialmente a todos que se encontram conectados até o presente momento pela sua colaboração para que nós pudéssemos realizar essa sessão ordinária da Casa, com todas essas características que envolvem, inclusive com a presença do Sr. Prefeito Municipal que, durante largo tempo, se manifestou, ouvindo e debatendo, por assim dizer, com os vereadores, as últimas incidências a respeito do combate ao Covid-19, e, de outro lado, anunciando a presença e a proposição que deve ocorrer essa semana de vários outros projetos que ele entende de relevância para a cidade, pedindo que a Casa sobre eles se posicione. Assim sendo, agradeço a colaboração de todos, especialmente, repito, aos que até esse momento se encontram conosco conectados. Encerro a presente sessão convocando a todos para,

cada um no seu devido momento, desde a reunião da Mesa Diretora às 9h30min de quarta-feira, logo após a reunião do comitê de risco com os líderes às 11h, e, finalmente, a reunião ordinária às 14h. Obrigado a todos, um bom final de tarde e sobretudo os meus agradecimentos pelo prestigiamento e pela grande colaboração. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h28min.)

* * * * *